



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO NOVE

**ACTA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE. -----**

----- Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 5.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de sete de Dezembro de dois mil e nove e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3.1. APRECIACÃO E VOTACÃO DAS ACTAS N.ºs 6, 7 E 8/2009: -----

3.2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.] (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]: -----

3.3. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010: -----

3.4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2010 A 2013 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2010 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA: -----

3.5. GESTÃO DO PATRIMÓNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, INTEGRALMENTE SUBSCRITO PELO MUNICÍPIO, INTEGRANDO OS IMÓVEIS QUE, NO SEU

CONJUNTO, DEFINEM A DESIGNADA “PRAÇA MAIOR” – APROVAÇÃO DA MINUTA: -----

3. 6. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS E MERCADOS DO CONCELHO DA MAIA: -----

3. 7. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE NO ÂMBITO DA NOVA LEI N.º 8/2009, DE 18 DE FEVEREIRO, QUE CRIA O REGIME JURÍDICO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE: –

3. 8. ESTUDO VIÁRIO NA ENVOLVENTE DOS ALTOS, NA FREGUESIA DE VERMOIM: -----

3. 9. “TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA, E.E.M.” – PROPOSTA DE EXTINÇÃO: -----

3. 10. DOCUMENTAÇÃO DA MAI AMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.; DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.; DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M., DA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M., E DA TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, E.E.E.. (para conhecimento): -----

3. 11. PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO DAS ACTIVIDADES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes e, devido à quadra festiva, apresentou aos Senhores Deputados, ao Executivo Municipal, a todos os presentes e a todas as Maiatas e Maiatos, sobretudo os mais carenciados, votos de Boas-Festas. Pediu aos Cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Devido à extensão e importância dos pontos constantes da Ordem do Dia, pediu a todos os senhores Deputados para, no Período de Antes da Ordem do Dia, serem contidos nos tempos de intervenção e cumprirem o tempo

regimentalmente atribuído: uma hora. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados e ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira, por motivo de doença, fez-se representar pelo seu Secretário, o Senhor Mário Augusto da Costa Ramos. O documento comprovativo desta substituição faz parte integrante da acta como **documento 1.** -


O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA falou sobre a instalação de unidades hospitalares no concelho da Maia, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 2.** -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA falou sobre os resultados da Cimeira do Clima de Copenhaga e das alterações climáticas, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 3.** Após a sua leitura, apresentou e leu uma Proposta de Recomendação sobre a Luta Contra a Corrupção, que faz parte integrante da acta como **documento 4.** -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES informou que no Período de Intervenção do Público estava prevista a inscrição para intervenção de dois cidadãos de Vila Nova da Telha. Porém, estes munícipes tinham delegado na sua pessoa essa intervenção, que era um agradecimento à Câmara Municipal. Há cerca de um ano, chuvas diluvianas tinham inundado um prédio, tendo causado elevados danos patrimoniais a diversas famílias que nele residiam. Nessa altura, a Câmara Municipal tinha prometido minorar esses prejuízos e construir uma conduta de maior diâmetro para melhor drenar as águas pluviais. Esta promessa tinha sido cumprida. A Câmara ressarciu os moradores dos danos sofridos e a nova conduta teve resultados positivos no escoamento de águas pluviais. Em nome dos moradores e a seu pedido, agradeceu publicamente à Câmara Municipal a ajuda concedida e promessa cumprida.

VÍTOR MIGUEL DA SILVA disse que iria falar de um assunto respeitante à sua Freguesia: o rincão maiato Águas Santas. Era um assunto relacionado com a Educação e referente a Escola EBI da Picua, recentemente construída, na qual estuda uma filha. Neste estabelecimento de ensino, verificavam-se algumas situações desagradáveis, que ele próprio constataria. A Associação de Pais e Encarregados de Educação da referida Escola E.B.1 já haviam informado e solicitado a intervenção da Câmara Municipal para a resolução desses problemas. Na sua generalidade, eram casos de fácil resolução; porém, até ao momento pouco tinha sido feito. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que interviesse na sua resolução. Possivelmente poderia não os conhecer na sua plenitude, os quais constavam de diversa documentação que, no fim da sua intervenção, iria entregar à Mesa. Citou alguns casos exemplificativos: quando chovia o campo de jogos ficava de tal forma inundado que poderia parecer uma piscina ou um espelho de água. A Associação de Pais já tinha informado a Câmara e os seus técnicos já lá tinham feito uma avaliação. Porém, passados quatro anos, nada tinha sido feito. Tinham-lhe dito que o problema seria resolvido após a época das chuvas. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que assumisse a responsabilidade e informasse a Comunidade Educativa da Escola e a Comissão de Pais e Encarregados de Educação, para quando previa a sua reparação. Citou outros casos como o existente numa casa de banho interior que não dispunha de qualquer janela e há três anos aguardava a colocação de um extractor, cuja falta causava cheiros nauseabundos, pois era neste local que se mudavam as fraldas às crianças com necessidades especiais. Este assunto não estava relacionado com prioridades ou opções políticas, mas era um caso de incompetência e de falta de autoridade de quem mandava. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara para lidar, com autoridade, perante a incompetência. A falta de uma campainha ou a infiltração de humidade nas paredes eram problemas de fácil resolução. Informou que iria enviar um dossier, sobre este assunto, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, para que todos os agentes - Junta de Freguesia, Comunidade Escolar, Associação de Pais e Encarregados de Educação, Câmara



Municipal e o seus Presidentes, todos juntos, a bem das crianças, pusessem fim a um problema muito desagradável. Esta seria a melhor forma de se evitar a lamentável degradação de uma escola construída há cinco anos. Outro assunto relacionava-se com o acesso dos alunos à escola. Na Rua Manuel Francisco de Araújo não havia uma única passadeira para peões. Era uma via onde circulavam as crianças que se dirigiam à Escola da Picua e, por onde, passavam os alunos da Escola Secundária residentes na Granja. Estes eram problemas reais que urgia resolver. "Esta é a nossa Copenhaga". Reiterou o pedido ao Senhor Presidente da Câmara e pediu que transmitisse à Escola da Picua e aos agentes educativos a resolução rápida dos casos por ele referidos e constantes da documentação que fez entrega à Mesa e que faz parte integrante da acta como **documento 5**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que, após a contagem dos votos para as eleições autárquicas, esperava que tivesse sido encerrada a demagogia barata e que, na Assembleia Municipal, fossem tratados assuntos importantes para o Município. No Período da Ordem do Dia constavam assuntos muito importantes para a Maia e por esta razão, no Período de Antes da Ordem do Dias, não iria tecer quaisquer comentários sobre a demagogia. Porém, havia um reparo que, por obrigação, deveria fazer em relação a uma intervenção de um Senhor Deputado do PS, que colocara e atentara contra o estatuto dos Senhores Deputados e da Assembleia Municipal. O Partido Socialista poderia tecer todos os comentários e referir todas as meias-verdades sobre o Hospital Lidador. Qualquer Senhor Deputado, minimamente responsável, não poderia afirmar o que ouvira. Um Senhor Deputado do Partido Socialista tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara se ele ou a sua Câmara Municipal iriam desafectar terrenos. Esclareceu a Bancada do PS que, se não o soubesse tinha a obrigação de saber, a Assembleia Municipal, muito recentemente, tinha aprovado o Plano Director Municipal - este documento tinha sido amplamente elogiado por diversos quadrantes da sociedade civil, sobretudo pelos que tecnicamente eram profundos conhecedores do assunto. Lembrou ao PS que não era a Câmara Municipal e muito menos o seu Presidente, que

tinham competência para alterar o PDM. Essa responsabilidade era da competência da Assembleia Municipal. Usar o púlpito da Assembleia Municipal para falar demagogicamente não o preocupava; a sua preocupação era devida ao facto do PS querer diminuir o Estatuto dos Senhores Deputados e da própria Assembleia Municipal. Esta atitude não a poderia aceitar e considerar de todo bem. Apenas para fazer o presente reparo, tinha sido a razão pela qual usara da palavra. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES em resposta às questões colocadas, disse ao Senhor Deputado José António Andrade Ferreira que estranhara a sua pergunta. Este Senhor Deputado, por ser médico, deveria saber o que se tinha acontecido com o processo do Hospital Lidador, que fazia parte integrante da Sociedade Lusa de Negócios – SLN, do Grupo Português de Saúde que era ancorado pelo Banco Português de Negócios – BPN. A Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia da Maia tinham feito um protocolo de entendimento com o BPN. Era com um Banco que se presumia ser uma entidade de bem. A Câmara agira de boa-fé com um Banco que o Governo mais tarde nacionalizara, mas que não tinha tomado igual atitude em relação à SLN. Deveria tê-lo feito. O caso ainda não estava encerrado. Os terrenos tinham sido cedidos pela Câmara Municipal à Santa Casa da Misericórdia da Maia e eram destinados, exclusivamente, para nele ser construído um hospital e o PDM era claro quanto ao destino dos terrenos - um hospital. Se não o fosse, os terrenos retornariam à posse da Câmara Municipal da Maia. Desconhecia que o Grupo Trofa fosse afecto ao PSD. Este Grupo iria ocupar três pisos do Pólo de Serviços, o edifício em construção à ilharga da Câmara, junto ao Fórum. Nesse espaço iria construir um hospital, que deveria entrar ao serviço no fim do próximo ano. Esclareceu que estivera presente na cerimónia de apresentação na qualidade de convidado. Não iria comentar títulos de jornais, o que desejava era que a Maia tivesse um hospital. Informou o Senhor Deputado Francisco Amorim dos Santos Baptista que também se preocupava muito com a poluição ambiental provocada pela Siderurgia Nacional. A Câmara



Municipal tinha feito todos os esforços para o debelar, nomeadamente através de CCDRN, dos Ministérios do Ambiente e da Economia. Foi informado que a Siderurgia Nacional tinha a Certificação e o Licenciamento Ambiental emitido pelo Ministério do Ambiente e a Câmara Municipal não tinha poderes para intervir. Agradeceu as palavras do Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves ao qual afirmou que, por se considerar uma pessoa de bem, cumpria o que prometia. Ao Senhor Deputado Vítor Miguel Silva disse que apenas a Escola E.B.1 da Pícuia dava problemas. O mesmo problema tinha sido levantado pela Senhora Vereadora, Maria Inês Loureiro Rodrigues, esposa do Senhor Deputado. A Escola tinha sido construída no âmbito de um Protocolo com a Quinta da Pícuia. Confirmou que havia problemas de drenagem de águas pluviais e de construção no edifício. Pediu-lhe para não ser tão céptico. Sobre a Rua Manuel Francisco de Araújo e os acessos às escolas, disse que as passeadeiras eram colocadas onde tal fosse possível. A colocação de lombas provocava reclamações dos moradores contra o ruído provocado pelas viaturas durante a noite. A sinalização existente era a necessária e desconhecia a existência de acidentes no local. Não obstante, tinha anotado as suas preocupações e iria analisá-las. Informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas já lhe havia falado sobre o assunto e que estava agendada uma visita à referida Escola na qual, além do Presidente da Câmara, iriam participar o Senhor Presidente da Junta e o Director do Agrupamento a que pertencia a Escola E.B.1 da Pícuia, para verificarem *in loco* os problemas e solucioná-los com a devida brevidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão da Recomendação “Luta Contra a Corrupção” apresentada pelo BE e que faz parte integrante desta acta como documento 4. -----

----- O documento foi **admitido por unanimidade**. -----

----- Para a sua discussão inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES informou que o Partido Socialista iria votar favoravelmente a Recomendação, apesar de não ter qualquer dúvida de que o Executivo

iria cumprir com o prazo determinado pela Lei - 31 de Dezembro de 2009. Todo o Executivo Municipal, de uma forma solidária e unânime, estava preocupado com este assunto e que iria responder de forma positiva à Recomendação em discussão. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que a Câmara da Maia já tinha concluído o documento "Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas", o qual seria presente, para aprovação, numa reunião do Executivo Municipal, a realizar dentro do prazo determinado por Lei. -----

----- Posto o documento à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

----- Não foram apresentadas inscrições para o uso da palavra. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 6, 7 E 8/2009: -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Postas à votação individual tiveram os seguintes resultados: -----


----- A Acta número 6 de 2009 foi **aprovada por maioria**, com dezasseis abstenções por ausência dos Senhores Deputados na referida Sessão. -----

----- A Acta número 7 de 2009 foi **aprovada por maioria** com duas abstenções pela mesma razão. -----

----- Para Declaração de Voto, inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **VÍTOR MIGUEL DA SILVA** que declarou que tinha chegado cerca de vinte minutos mais tarde à reunião e apenas estivera presente nos últimos vinte minutos, razão pela qual se tinha absterido na votação. -----

----- A Acta número 8 de 2009 foi **aprovada por unanimidade**. -----

3.2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.] (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]: -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados a "Informação Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal", que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

3. 3. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPCÕES DO PLANO - ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010: -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 9**. -----

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL RÓTHES que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 12**. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO disse que na sua intervenção, o Líder da Bancada do Partido Socialista, quando tinha falado sobre o endividamento se esquecera de falar do património municipal. Acrescentou sobre este assunto que, se o Senhor Presidente da Câmara fosse amigo do Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Engenheiro José Sócrates e, se tivesse sido seu Ministro, com a pasta das Autarquias Locais, possivelmente teria elaborado uma Lei das Finanças Locais que, como Ministro a teria considerado uma boa Lei, porém, ao deixar de ser Ministro para passar a ser Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, diria o contrário sobre a referida Lei, que deveria ser alterada para poder resolver o problema do

endividamento da sua Autarquia. Para o conseguir, teria de se valer do "amigo Sócrates". De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 13**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA prescindiu do uso da palavra.-----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES disse que, inicialmente, não pretendia usar da palavra, porém, as enormidades que tinha ouvido, tinham-no obrigado a pedir para intervir. Lembrou a todos os presentes que as Eleições Autárquicas já se tinham realizado há mais de dois meses. Porém, a Oposição teimava em esquecer o seu resultado e a pesada derrota sofrida. Esta tinha sido a resposta que o Povo Maiato lhes aplicara às suas propostas eleitorais. As propostas da Maioria eram bem claras e davam uma tónica em todas as áreas, como na da Educação, na qual era aplicado um contributo de cerca de 60% do investimento; na Acção Social, que não era aplicada de forma directa, como se fosse uma esmola, como defendia o Partido Socialista, que com isso tinha contribuído para o aumento exponencial dos beneficiários do Rendimento de Inserção Social. Se o Partido Socialista aplicava a política da esmola, a Câmara Municipal defendia outra estratégia. Outra promessa da Maioria era o apoio ao empreendedorismo, que estava traduzido na baixa taxa de desemprego que o Município da Maia tinha em relação aos demais Concelhos da Área Metropolitana do Porto. Esta taxa não era obra do acaso, devia-se, fundamentalmente, à capacidade que a Câmara Municipal tinha em atrair empresas e investimentos para o seu Concelho. No Orçamento, era notório a redução das despesas de funcionamento. Esta poupança deveria ser seguida pelo Governo, que em vez de reduzir nas despesas de funcionamento, aplicava receitas extraordinárias que, mesmo assim, não conseguia conter o défice, mas, pelo contrário, o agravava para valores muito elevados, de tal forma que as Instituições Internacionais estavam a dar sinais de preocupação. A sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes da Câmara Municipal apostar e investir na habitação social era bem-vinda. Para isso, tornava-se necessário que o Governo reactivasse o financiamento para a construção de habitações, para que as famílias maiatas, que aguardavam uma casa no âmbito do Plano Especial de Realojamento, PER, pudessem finalmente ter uma casa condigna. Apelou a este Senhor




Deputado para sensibilizar o Governo para a reactivação do PER. Sobre o endividamento, o discurso do Senhor Deputado não deveria ser dirigido para a Câmara Municipal, mas, sim ao Governo Socialista que estava a conduzir o nosso país, para uma situação dramática em termos de endividamento. Portugal já estava a ser comparado à Irlanda ou à Grécia, países com um elevado nível de endividamento. Em 1995, o Governo do PSD entregou ao PS o Governo do país com as finanças públicas equilibradas e com uma taxa de crescimento superior a 4%. Porém, a maior enormidade que tinha ouvido deste Senhor Deputado era de que o serviço da dívida chegava, neste orçamento, aos 10% de todas as despesas da Autarquia. Esta afirmação só poderia ter duas leituras: a primeira provocada por uma confusão ou baralhação do Senhor Deputado, ou pura e simplesmente não tinha lido a documentação que lhe tinha sido entregue. Para o comprovar, bastaria que tivesse consultado o mapa Resumo das Receitas e das Despesas, página 238 do documento em análise, na rubrica Despesas Correntes, no item Juros e Outros Encargos, verificar o valor de 2 539 450,00 euros, o que representava uma percentagem de 2,4%. Era apenas a diferença entre um quinto e um. Depois desta enormidade, tudo o que o Senhor Deputado havia dito caíria por terra, pois o rigor na sua intervenção era nulo. Rigor e exigência era o Plano de Actividades e o Orçamento para 2010 em análise, aliada à ambição que, nas últimas décadas, era o lema dos responsáveis pelos destinos da nossa Autarquia e que os Maiatos sempre sabiam reconhecer. -----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA pediu a palavra para prestar um esclarecimento e fazer um reparo. Disse que o Partido Socialista, desde o início do actual mandato, era lembrado, na Assembleia Municipal, como se não fosse conhecedor dos resultados das últimas eleições autárquicas. O PS sabia quais tinham sido os resultados eleitorais. Lembrou aos Senhores Deputados do PSD que deveriam saber respeitar a diferença de opinião. O PS não acusaria os Deputados do PSD de serem mentirosos, que não tinham razão nas suas afirmações e que apenas defendiam determinados tipos de interesse. Os Senhores Deputados do PSD deveriam saber respeitar a opinião e sensibilidade divergentes da sua. O PSD acusava o PS de ser demagógico ou de dizer meias-verdades sempre que tinha uma opinião diferente da sua. O PSD acusava o actual Governo de ser o responsável por tudo o que de mau acontecia no nosso

Concelho. O PS já tinha percebido a questão das AEC e da percentagem do seu financiamento. Pediu para que fosse respeitada a diferença de opinião. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES pediu a palavra para colocar algumas questões em relação à última intervenção do Senhor Deputado da Bancada do PSD, sobre as questões sociais e as políticas do Governo nesta área. Perguntou-lhe se sabia qual tinha sido a evolução do índice de pobreza e de desigualdades no nosso país. Lembrou que o Rendimento Social de Inserção tinha sido uma medida colocada pelo Governo PSD, de Durão Barroso – Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio – na sequência do Rendimento Mínimo Garantido, criado pelo Governo Socialista de António Guterres – Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho. Perguntou aos Senhores Deputados do PSD se tinham conhecimento disto, pois estava na altura de converterem o discurso neste domínio. Sobre a Habitação Social, esclareceu que estaria sempre de acordo com todas as medidas que visassem aumentar os investimentos na habitação social, no nosso concelho. Porém, sobre a questão do financiamento e, se a Câmara da Maia saberia aplicá-lo bem, perguntou aos Senhores Deputados do PSD se tinham conhecimento de todos os Acórdãos do Tribunal de Contas, designadamente os que se relacionavam com a forma como foram aplicadas as verbas, no âmbito PER, no concelho da Maia. Sobre o serviço da dívida, esclareceu que o que realmente lhe interessava era o que estava nos documentos do POCAL, ou seja, as despesas que eram abrangidas quer por pagamentos dos encargos quer com os passivos financeiros. A responsabilidade das dívidas acumuladas era o que interessava discutir e o seu valor aproximava-se da percentagem que tinha referido na sua intervenção. ----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para prestar esclarecimentos. Disse que não iria discutir os argumentos da Oposição sobre o Plano de Actividades e Orçamento em análise. Lamentou, com alguma tristeza, o comportamento da Oposição, pois esperava que, com o decurso do tempo, pudesse entender a realidade e interiorizar conceitos. Sentia-se cansado de argumentar o que não era argumentável. A razão de ter pedido a palavra era devida ao facto do Líder do PS, o Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes, ter proferido uma inverdade. Essa inverdade estava relacionada com o facto do Senhor Deputado ter afirmado que tinha apresentado uma Proposta à Assembleia



Municipal sobre Orçamentos Participativos. Esclareceu a Assembleia que o Líder Parlamentar do PS não tinha apresentado qualquer Proposta. O Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal ROTES tinha copiado do Google um texto sobre o Modelo de Orçamentos Participativos e, numa Sessão Solene da Assembleia Municipal, comemorativa do 25 de Abril, quando lhe foi dada a palavra para intervir, na qualidade de Líder Parlamentar do PS, se tinha aproveitado para ler o texto copiado da Internet, fora do contexto de uma cerimónia com a dignidade e solenidade, como era a evocação do 25 de Abril. Tinha lido um texto. Esclareceu que o Líder Parlamentar do PS nunca tinha apresentado qualquer Proposta sobre Orçamentos Participativos, em qualquer Sessão da Assembleia Municipal, e no ponto próprio da Ordem de Trabalhos. Daí se verificava o silêncio constrangido do PSD, do BE, da CDU, do PP e do IPVNT. Sobre o termo "Maioria Conservadora de Direita" usado pelo mesmo Senhor Deputado, significava que essa Maioria, não era conservadora, mas era cada vez maior e mais expansiva no decurso dos diversos actos eleitorais. Lembrou que o Líder da Bancada do PS tinha afirmado: "em 2009, quando formos Poder na Maia...". Sobre esta frase, lembrou que faltava apenas uma semana para o ano de 2009 acabar. Registou, com muito apreço, o pedido que o PS tinha feito à Maioria para "contrariando a vontade dos maiatos que o deixássemos ajudar um bocadinho a governar o Município". Era com agrado que registava a mudança de tom. Isto significava que o PS reconhecia que não era Poder e, por esta razão, pedia à Maioria para também partilhar o Poder, que os Maiatos tão sabiamente e, ao longo dos anos, tinham depositado na Maioria. Esta mudança de atitude do PS era digna de registo, apesar de não saber qual o modelo a adoptar. Porém, tendo em conta a mudança de atitude do Líder da Bancada do PS, a Maioria estava disponível para, quando fosse concretizado o seu pedido, lhe responder. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTES pediu a palavra para usar do direito de resposta. Chamou a atenção para o facto do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva ter fraca memória, de não discutir política e atacar o Líder do PS. Lembrou-lhe que a Proposta sobre Orçamentos Participativos não tinha sido feita numa cerimónia do 25 de Abril, mas sim, numa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e na discussão do

ponto sobre a apresentação de um Orçamento. Em resposta à sua intervenção, o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, tinha dito que não fazia sentido discutir, naquela altura, a Proposta apresentada. Esclareceu ainda, que na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril, tinha apresentado na sua intervenção, um conjunto de dez Propostas para alargar a participação dos cidadãos e não de um Orçamento Participativo. Chamou a atenção para o facto de o PS, o BE, a CDU e o PP também eram Poder na Autarquia da Maia. Este facto custava muito a entender ao PSD. Lembrou que o PSD e o PS estavam no Poder na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. O PSD estava em maioria na Assembleia Municipal mas, nela também estava o PS, o BE, a CDU, o PP e o IPVNT. Era com toda a legitimidade no exercício do seu poder e do mandato democrático, que o PS apresentava as suas propostas.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que, apesar do PSD ter 64% e o PS 26% da representatividade na Assembleia Municipal, o tempo de intervenção do PS tinha sido superior ao do PSD em quatro minutos. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria** com dezasseis votos contra dos Senhores Deputados do PS, BE e CDU. -----

3. 4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÊNIO DE 2010 A 2013 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2010 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA: -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se estava previsto, para o ano de 2010, o aumento do valor do tarifário de fornecimento de água e do tarifário de utilização e disponibilidade de saneamento aos seus utilizadores. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA prescindiu do uso da palavra. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que, para 2010, não estava previsto qualquer aumento do valor dos tarifários de venda de água e de utilização e disponibilidade de saneamento por parte dos Serviços Municipalizados da Maia. -----

----- Posto o ponto à votação, foi **aprovado por maioria** com três abstenções dos Senhores Deputados do BE e da CDU. -----

----- Para fazer uma Declaração de Voto inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** que leu a Declaração de Voto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

3. 5. GESTÃO DO PATRIMÓNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, INTEGRALMENTE SUBSCRITO PELO MUNICÍPIO, INTEGRANDO OS IMÓVEIS QUE, NO SEU CONJUNTO, DEFINEM A DESIGNADA “PRAÇA MAIOR” – APROVAÇÃO DA MINUTA: -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto à votação, foi **aprovado por maioria** com três votos contra dos Senhores Deputados do BE e da CDU. -----

----- Para fazer uma Declaração de Voto inscreveu-se e usou da palavra a Senhora Deputada **ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA** que declarou que a CDU tinha votado contra, não por discordar do teor da minuta em análise, mas pelo facto da CDU, já anteriormente, ter demonstrado o seu desacordo com todo o negócio que se pretendia fazer, através do documento que acabara de ser votado. Aos moradores da Urbanização do Sobreiro não estavam garantidas todas as condições de um realojamento condigno, igual ao anteriormente existente e no centro da Cidade da Maia. Este factor, residência no centro da Cidade, por ser um direito adquirido, deveria ser salvaguardado no realojamento. Por todas estas razões, a CDU tinha votado contra. -----

3. 6. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS E MERCADOS DO CONCELHO DA MAIA: -----

----- Nenhum Senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

3. 7. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE NO ÂMBITO DA NOVA LEI N.º 8/2009, DE 18 DE FEVEREIRO, QUE CRIA O REGIME JURÍDICO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE: --

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

ANA MARIA FERNANDES LEITE leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 15. -----

PAULO ALEXANDRE VIEIRA RESENDE leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 16. -----

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES prescindiu do uso da palavra. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO prescindiu do uso da palavra. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA prescindiu do uso da palavra. -----

----- Posto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

3. 8. ESTUDO VIÁRIO NA ENVOLVENTE DOS ALTOS, NA FREGUESIA DE VERMOIM: -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE chamou a atenção para algumas medidas complementares que entendeu apresentar, para uma melhor regulação do trânsito na zona das Escolas e da Urbanização dos Altos, pois transformar a Rua dos Jacintos numa via de sentido único, apesar de considerar uma medida acertada, não era suficiente. Por isso, considerou e recomendou que deveriam ser tomadas algumas medidas complementares. A primeira relacionava-se com a necessidade de colocar barreiras físicas, mecos, numa extensão de cerca de 20 metros na Avenida Dom Manuel II, no cruzamento com a Rua dos Altos, no sentido Nascente-Poente, para garantir a visibilidade aos condutores que saíssem da Urbanização dos Altos. Este local era uma zona de risco, pois verificavam-se muitos acidentes, sobretudo nas horas de ponta. A segunda medida, relacionava-se com a necessidade da Polícia Municipal fiscalizar o estacionamento ilegal de viaturas em locais proibidos pelo Código das Estradas, designadamente curvas com visibilidade reduzida, em diversas urbanizações, nomeadamente

na Urbanização dos Altos. Na curva de ligação entre a Rua de Currais com a Rua Armindo Nogueira da Costa estacionava diariamente uma carrinha - este estacionamento era muito perigoso pois impedia uma boa fluidez de trânsito e, devido à fraca visibilidade que o mesmo provocava, era um foco potencial de aí se verificarem acidentes, sobretudo aos mais incautos. A terceira medida, relacionava-se com o estacionamento ilegal de viaturas de grandes dimensões - TIR. Tinha conhecimento que havia uma postura de trânsito que proibia o estacionamento de Camiões TIR no interior da Cidade da Maia e, que as forças policiais não podiam actuar os infractores pela inexistência de sinais de trânsito de proibição de estacionamento. Tornava-se necessário que as forças policiais pudessem ter condições para actuar e fazer cumprir a postura. Pediu, que fossem colocados, nos limites da Cidade da Maia, sinais de trânsito que informassem os camionistas desta proibição. A quarta, relacionava-se com a semaforização no entroncamento da Rua Luís de Camões com a Rua Altino Coelho. Nas horas de ponta, os automobilistas que se dirigissem ao Pólo Escolar (E.B.2,3 e Escola Secundária da Maia) e Centro de Saúde, localizado na Rua Luís de Camões, vindos da Rua Altino Coelho, tinham muitas dificuldade de acesso, pois os semáforos existentes no entroncamento tinham o sinal verde aberto durante pouco tempo. Pediu que fosse dilatada a temporização do sinal verde às horas de ponta, para os condutores que viessem da Rua Latino Coelho, e desejassem aceder à Rua Luís de Camões. A quinta, relacionava-se com a dificuldade de estacionamento dos professores e funcionários do referido Pólo Escolar. Considerou que estes profissionais não deveriam ter um estatuto diferente dos médicos e enfermeiros. As obras em curso na Escola Secundária tinham anulado cerca de dez lugares de estacionamento, o que agravava, ainda mais, a capacidade de estacionamento, apesar do parque de estacionamento existente a nascente ter minorado a dificuldade. Considerou que, a exemplo do que a Câmara tinha feito para os profissionais do Centro de Saúde, seria justo que fossem reservados alguns lugares de estacionamento aos profissionais do Pólo Escolar. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos em relação às preocupações referidas pelo Senhor Deputado Mário Moreira Duarte. Esclareceu que estava previsto a colocação de semáforos no entroncamento da Rua

dos Altos com a Avenida Dom Manuel II. O documento em análise era o resultado de um estudo integrado que era mais lato que a área geográfica da Urbanização dos Altos e, neste local, estava previsto a colocação de muitos sinais de proibição de estacionamento. Na Avenida Padre Manuel Alves Rego estava prevista a colocação de semáforos de entroncamento e de controlo de velocidade. A proibição de estacionamento de camiões TIR no espaço geográfico do Concelho era economicamente inviável, atendendo à necessidade de acesso das referidas viaturas a empresas localizadas na Maia e, este meio de transporte era muito importante para as actividades económicas do nosso Concelho poderem receber e escoar os seus produtos. Esclareceu que a referida postura não se limitava ao espaço geográfico da Cidade da Maia, mas a toda a área do Concelho. A Câmara Municipal, em 2002, tinha aprovado, por unanimidade, uma postura de trânsito que proibia, em toda a área do Concelho da Maia, nos arruamentos sob a jurisdição da Câmara Municipal e nos trechos de estradas nacionais, situados dentro dos limites das povoações, o estacionamento de veículos de comprimento superior a 12 metros, veículos pesados de carga (TIR), reboques e semi-reboques. Esta postura tinha sido presente à Assembleia Municipal, que da mesma forma a tinha aprovado por unanimidade. Esta proibição estava devidamente sinalizada nas entradas do nosso Concelho. Não advogava a existência de uma reserva de estacionamento para determinadas classes profissionais, salvo se esses profissionais tivessem uma actividade relacionada com situações de emergência e de utilidade para a Comunidade. Concordou com a pressão de estacionamento referida e, por causa dela, tinha sido construído um novo parque de estacionamento na Rua Altino Coelho, que tinha minorado, mas não eliminado, a dificuldade de estacionamento. Este problema era uma situação pontual derivada do facto de estar em construção uma nova Escola no Pólo Escolar e, enquanto a construção estivesse em curso, era um sacrifício que todos deveriam saber suportar, pois a obra era um investimento que iria beneficiar a nossa Comunidade. Com o devido respeito, considerou as questões colocadas pelo Senhor Deputado Mário Moreira Duarte como respeitáveis mas não pertinentes. Apesar de não ser possível atingir a perfeição, considerou o estudo do novo ordenamento viário da

zona em análise, o melhor e que tinha sido possível conseguir depois de devidamente ponderado pelos seus responsáveis, no qual se incluía a Junta de Freguesia de Vermoim. —

— Posto o ponto á votação, foi aprovado por unanimidade. —

3. 9. “TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA, E.E.M.” – PROPOSTA DE EXTINÇÃO: —

— Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: —

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA disse que não colocava em questão a necessidade de extinção dos Transportes Urbanos da Maia – TUM, pois deveria haver razões fortes para tal acontecer, entre os quais a viabilidade económica que certamente deveria ter sido devidamente ponderada. No que concernia à freguesia de Vermoim, deveria ser encontrada uma alternativa ao vazio deixado pela extinção das carreiras dos TUM, que poderia passar por uma outra empresa municipal ou pela Autoridade Metropolitana de Transportes. A parte nascente da freguesia de Vermoim, devido à desadequação da regulamentação da concessão de carreiras de transportes públicos de passageiros, sofria de uma sub-serviço nesta matéria. Os TUM amenizavam essa lacuna, porém com a sua extinção a situação agravar-se-ia. Manifestou a esperança de que a Câmara e o seu Presidente iriam arranjar uma alternativa que permitisse obviar o problema em causa, para que os moradores a Nascente de Vermoim, particularmente da zona do Xisto e com eles os das freguesias a Nascente do concelho, como Silva Escura e Folgosa, que eram servidas pelas carreiras dos TUM. —

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES manifestou a sua congratulação pelo facto do Senhor Deputado Aloisio Fernando Maia Nogueira, na sua intervenção, ter-se revisto na posição que o Partido Socialista sempre assumira na Assembleia Municipal, no que dizia respeito à política de mobilidade e de transportes no Concelho da Maia. Não era a carreira dos TUM que servia a população maiata e que lhe proporcionava uma mobilidade acrescida. Por esta razão, estranhou que com a extinção duma linha dos TUM que tinha pouca afluência, face à documentação constante do ponto em análise, só agora o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim se manifestara preocupado com as questões da mobilidade,


que há muito tempo eram motivo de preocupação por parte do Partido Socialista. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 17**. -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA disse que a extinção dos TUM era fundamentada pela inviabilidade económica provocada pela fraca afluência de utentes aos seus serviços. Apesar disso, a CDU gostaria de ser informada se estavam acautelados os direitos dos utentes, mesmo que fossem poucos, das carreiras dos TUM e, se já haveria uma efectiva alternativa de transporte a esses utentes, de forma a não ficarem privados da linha de transportes públicos que utilizavam através dos TUM. A realidade em análise, era a prova da necessidade de reforço de transportes públicos colectivos, de forma particular na área Norte do Concelho da Maia - transportes colectivos de passageiros da STCP. Esta necessidade deveria ser uma exigência séria do Executivo do Município da Maia, em nome da propalada qualidade de vida e do próprio ambiente. -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA prescindiu do uso da palavra. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA pediu a palavra para usar o direito de resposta à intervenção do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, pois viera decretar a falácia, sem apresentar quaisquer argumentos minimamente verificáveis. Não tinha apresentado um único número, um único facto. O resultado era zero. Esclareceu que o problema de mobilidade não era um exclusivo da Maia, mas, sim, de toda a Área Metropolitana do Porto, e assim deveria ser considerado. Esclareceu que a necessidade dos Maiatos, que o tinham eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim, não era deslocarem-se para o Centro da Maia à Câmara Municipal ou às Finanças, "para pagarem a décima ou a dizima ou outra necessidade". O que os Maiatos desejavam era ter um acesso ao interface da Rede do Metro ou da STCP. Ou seja, terem uma boa mobilidade na Área Metropolitana. A Maia não era uma ilha. Esclareceu o Senhor Deputado de que jamais tinha afirmado que deveriam ser os TUM a resolver a questão da mobilidade. Esclareceu ainda, que os TUM amenizavam uma deficiência de âmbito metropolitano. Afirmou que o problema residia na concessão e gestão de carreiras.



Esta afirmação não era sua, mas da STCP que, há muito tempo, vinha requerendo a ampliação da sua rede para Norte e Nascente do Concelho da Maia, que era sistematicamente indeferida devido a reclamações dos concessionários de carreiras nessas zonas. O Senhor Deputado afirmara que havia Concelhos que tinham resolvido os seus problemas de mobilidade. Admitiu que poderia ser verdade a sua afirmação, porém, não deveria haver um único Concelho, integrado em áreas metropolitanas com as características das do Porto ou de Lisboa, que tivessem os movimentos pendulares como os da Maia, Matosinhos e os outros Concelhos da Área Metropolitana do Porto, que resolveram os seus problemas de mobilidade. Sublinhou e reiterou, a finalizar, que o que os cidadãos da Maia, com dificuldades de mobilidade, pretendiam, era que a Câmara Municipal os ajudasse a resolver o problema de poderem ter um fácil acesso à Rede Metropolitana de Transportes e não para se deslocarem ao centro da Maia ou às freguesias do nosso Concelho. -----

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES pediu a palavra para usar o direito de resposta. O Senhor Deputado Aloísio Fernando Maia Nogueira tinha-o acusado de não ter apresentado argumentos, números ou factos que tivessem sustentado a sua intervenção. O Senhor Deputado viera advogar a necessidade dos cidadãos da Maia poderem ter acesso à Rede Metropolitana de Transportes. Aconselhou este Senhor Deputado a ler um estudo estratégico para o Concelho da Maia, elaborado em 2001, no qual Técnicos qualificados tinham definido as principais carências de mobilidade no nosso Concelho. Nesse estudo, coordenado pelo Professor Paulo Pinto, estavam devidamente elencadas as necessidades de mobilidade até ao centro do Porto, para permitir o acesso à Rede Metropolitana de Transportes. Nesse mesmo estudo, também estavam bem definidas as necessidades de mobilidade no interior do Concelho, às quais a Câmara Municipal nunca respondera. A publicação desse estudo tinha acontecido antes do início do funcionamento do Metro do Porto. Concordou com as palavras do Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, quando afirmou que era importante que o Governo cumprisse o que estava estabelecido, no que dizia respeito à expansão da Rede do Metro do Porto. Não obstante, as linhas do Metro previstas não davam resposta ao problema de acessibilidade dos habitantes de Folgosa e da zona Norte do Concelho. Citou,

como exemplo, o Parque de Avioso, que considerou ser uma das infra-estruturas mais interessantes do Concelho, apesar dos erros de concepção, por não dispor de uma linha de transportes públicos colectivos de passageiros, não era possível a um cidadão do centro do Concelho aceder com facilidade a este tipo de equipamento. Concordou com a necessidade de o assunto ser tratado a nível metropolitano; porém, à Área Metropolitana pertenciam Concelhos como os de Arouca, Vale de Cambra e Santo Tirso, uma vez que integravam a Área Metropolitana do Porto. Era necessário saber qual a forma dos Concelhos servidos pelas linhas da STCP, poderem complementar a oferta desta empresa, instituindo serviços de transportes colectivos que pudessem chegar a todas as freguesias do Concelho e que servissem a maioria da população. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO pediu a palavra para prestar um esclarecimento. O Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres tinha integrado a Comissão Parlamentar para o Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas da STCP na Maia e, nessa qualidade, sabia que o grande problema residia no financiamento e nas dotações do Orçamento de Estado, para as questões de mobilidade. A conclusão desse estudo era clara. A questão de mobilidade deveria ser colocada a nível metropolitano de interfaces. Para tratar da mobilidade intermunicipal, tinha sido criada a Autoridade Metropolitana de Transportes. Esta entidade, tinha sido criada pelo Governo em 2003 e, até ao momento presente, fim do ano de 2009, esta Instituição ainda não funcionava. O problema era este e esta era a verdade. Afirmar algo além desta realidade, seria considerado demagogia. -----

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES pediu a palavra para dar um esclarecimento. Evidenciou o notório desnorte do PSD sobre a política de transportes. Os Senhores Deputados do PSD, Rui Manuel Madureira Monteiro e Aloísio Fernando Maia Nogueira tinham afirmado nas suas intervenções, que a questão fundamental residia nas concessões e na intervenção seguinte a questão fundamental já não eram as concessões, mas o financiamento. Isto significava que o PSD não sabia qual era a questão fundamental para servir os Maiatos, de forma condigna, sobre a implementação de um serviço de transportes colectivos. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que a questão fundamental era a inexistência de uma efectiva Autoridade Metropolitana de Transportes, com capacidade de fiscalização sobre o cumprimento, por parte dos concessionários, dos horários das carreiras de transportes colectivos de passageiros na Área Metropolitana do Porto. Os concessionários não cumpriam com os horários e, se a STCP desejasse criar uma linha que passasse no seu canal de concessão, não o permitiam. A Autoridade Metropolitana de Transporte deveria ter autoridade para obrigar os concessionários a cumprir com os horários das suas carreiras e no caso de não cumprimento, penalizá-los. Esclareceu ainda, que com a extinção da TUM, não desaparecia a linha concessionada. Esta estava a ser feita pela Empresa de Transportes Colectivos “Maia Transportes”, que garantia a sua continuidade, que lhes dava prejuízo. Uma empresa de transportes não estaria interessada em ter prejuízo, este suportado pela Câmara da Maia, para que os utentes pudessem continuar a usufruir do transporte público, apesar de saber que os autocarros andavam quase vazios e, apenas nas horas de ponto, tinham alguns passageiros. Esta era mais uma medida de âmbito social. A qualidade de vida no Concelho era uma realidade e o esforço da Câmara em possibilitar aos seus munícipes o acesso aos transportes públicos, iria melhorar a mobilidade e, com isso, um progresso na qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria** com dois votos contra do BE. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Declarou que o Bloco de Esquerda não tinha votado contra por razões de ordem económica, ou outras, pois as entendiam. Todos os argumentos que tinham sido utilizados serviram para reforçar o voto contra. Considerou um mal menor o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara, mas, apesar disso, o BE não poderia aceitar que terminasse uma carreira de transportes públicos de passageiros, sem ser criada uma alternativa de transporte a quem a utilizava. -----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Declarou que tinha votado a favor, porém, lamentou a extinção de uma Empresa Municipal que, na sua génese, tinha a prestação de um serviço de transporte público. Recordou as diversas

intervenções e posições tomadas, sobre a política de transportes, nomeadamente o que havia sido dito pelo PSD sobre a reformulação das linhas da STCP; a Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas da STCP na Maia; o Movimento de Utentes dos Transportes da Maia; o auscultar das populações directamente na rua, nas paragens dos autocarros com os seus utentes, pois, estes sentiam directamente os efeitos das alterações. Nessa altura, a Câmara Municipal não tinha sido sensível a encontrar uma solução na qual estivessem envolvidos os diversos agentes políticos. Aqui residia o cerne da questão. Esta questão, mais uma vez, revelava que se estava perante, não só, um problema de âmbito metropolitano, regulamentar e regimental, mas também, um grave problema de competência política. O ponto que acabara de ser aprovado era a justificação do que vinha sendo habitual, ou seja, no Município da Maia, quando algo corria mal a culpa era do Governo e do PS. -----

3. 10. DOCUMENTAÇÃO DA MAI AMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.; DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.; DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M., DA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M., E DA TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, E.E.E., (para conhecimento); -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

3. 11. PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO DAS ACTIVIDADES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a conhecer e fundamentou a razão da apresentação da sua Proposta para a Criação da Comissão de Trabalho das Actividades da Assembleia Municipal, da qual já havia dado prévio conhecimento, na reunião realizada com os líderes Parlamentares Municipais. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade.** -----

---- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerte voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e cinco minutos do dia vinte e quatro de Dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____

The image shows three handwritten signatures in black ink. The first signature is for the President, Luciano da Silva Gomes, and is written over a horizontal line. The second signature is for the 1st Secretary, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia, and is written over a horizontal line. The third signature is for the 2nd Secretary, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, and is written over a horizontal line. The signatures are written in a cursive, flowing style.



Freguesia da Maia
Município da Maia

DOC. 1

Secretaria dos Assuntos
D. J. - 6 de Maio

Ex.mo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-220 MAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		2009/936	23/12/2009
Assunto: 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal - 2009 Substituição			

Ex.mo Senhor Presidente

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que, por motivo de doença, não poderei participar na 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza hoje, 23 de Dezembro de 2009.

Por este motivo faço representar-me pelo meu Substituto Legal, Mário Augusto Costa Ramos.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,

(Carlos Santos Teixeira)



Assembleia Municipal de Maia – Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhoras Secretárias

Senhor Presidente do Executivo e Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais

Senhores Jornalistas

Maiatos,

Em Abril de 2006 fiz neste mesmo palco uma intervenção em que denunciei o que considerava ser um erro e um engano quando se prometia à população da Maia a construção de um Hospital no Lidador, pomposamente apelidade de “obra do mandato”. Era um erro porque há muito se sabia que se passavam coisas muito estranhas no Grupo Português de Saúde, que com poucos anos de mercado já reclamava para si o segundo lugar no ranking do mercado de saúde. Era também um engano porque se prometia um hospital para todos quando do que se tratava era de um hospital que exploraria apenas as valências médicas financeiramente mais rentáveis, deixando tudo o resto entregue ao Serviço Nacional de Saúde. Para poder agitar esta bandeira a C.M.M. pagava uma factura que considerei demasiado pesada uma vez que o envolvimento da Santa Casa de Misericórdia da Maia não conseguia disfarçar apoios da autarquia a um grupo privado que iam muito além do aceitável. Nunca estive em causa a utilidade do projecto em concreto mas apenas a natureza e dimensão do envolvimento da autarquia (assumido ou disfarçado). Quanto à vinda do Hospital para a Maia apetece-me dizer como Zeca Afonso “venham mais cinco”.

As minhas palavras de então foram maldosamente deturpadas e valeram-se acusações e insultos nos dias que se seguiram. Infelizmente, e quero sublinhar o infelizmente, o tempo encarregou-se de me dar razão e o que era para ter sido “a obra do mandato” transformou-se no “problema do mandato” passado, e poderá vir a transformar-se no pesadelo deste mandato. Uns quantos metros cúbicos de terras movimentadas, um outdoor a anunciar uma obra se prazo de conclusão, uns taipais a degradarem-se rapidamente é o que temos hoje do que por esta altura já devia ser o Hospital do Lidador.



Assembleia Municipal de Maia – Grupo Parlamentar do Partido Socialista

A uma semana das últimas eleições autárquicas foi agora anunciada a vinda para a Maia de uma nova unidade de saúde do Grupo Trofa. O anúncio foi feito com a participação do Senhor Presidente da Câmara e com a pompa e circunstância com que se anunciam as obras mais emblemáticas do município.

Conhecida de todos a proximidade do Grupo Trofa ao PSD não espanta que um grupo privado se tenha prestado a este papel patético de tentar intervir activamente na campanha eleitoral anunciado um investimento privado como se de público se tratasse. Lembro que o mesmo grupo Trofa inaugurou em Matosinhos o Hospital da Boa Nova, bem maior em dimensão e investimento que o previsto para a Maia e que o seu anúncio não mereceu a mesma publicidade.

Perante estes dados, gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara três questões:

Primeira – Conhecida há muito a vontade do Grupo Trofa em investir numa unidade privada de saúde na Maia, o que fez a C.M.Maia para avaliar da disponibilidade daquele grupo financeiro para retomar um projecto que já quis para si, e tentar resolver o problema do Hospital do Lidador?

Segunda – São cada vez mais os que na Maia pensam que o processo do Hospital do Lidador serviu apenas como cortina de fumo para esconder a vontade de viabilizar investimentos imobiliários para aqueles terrenos. Está o Senhor Presidente em condições de garantir a esta Assembleia e aos Maiatos que aqueles terrenos não serão desafectados para outro qualquer fim que não a construção do Hospital do Lidador?

Terceira – Em entrevista publicada no Jornal semanário Grande Porto publicada em 27 de Novembro de 2009 o Senhor Presidente anunciava que espera “construir” um Hospital na Maia durante este mandato. Não disse que pretendia cativar para a Maia, ou que pretendia inaugurar, ou que gostava de poder vir ter um hospital na Maia. Disse que pretende construir! Será que se pode concluir destas palavras que a C. M.



Assembleia Municipal de Maia – Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Maia está ela própria a pensar investir na construção de um Hospital? É que se não está, considero esta afirmação um erro imperdoável.

Concluo dizendo que nada tenho contra o erro, ele é uma consequência natural do processo decisório, mas repetir o erro é não ter aprendido nada com ele.

Bloco de Esquerda
Maia



Sr. Presidente.
Sras. Secretárias
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Vereadores
Senhores deputados
Comunicação social
Digníssimo público

Passada esta "espectacular" Cimeira do Clima de Copenhaga é necessário perceber o que ganhou a Humanidade.

O que se concluiu na cimeira de Copenhaga foram apenas palavras sem sentido. Resta uma leve esperança de que a partir de agora se leve avante um debate sério responsável e honesto.

Logo no primeiro parágrafo, os poderosos manifestam-se presunçosos e arrogantes e são ainda mais presunçosos e arrogantes ao julgar que nós somos parvos e que acreditamos que futuramente estarão interessados em alterar o clima como se o seu principal objectivo não fosse o negócio vs lucro. Se assim não é que medidas os poderosos se propuseram adoptar? Não dizem porque não sabem.

A cimeira não passou de um encontro de personalidades que alguns "Gurus" aproveitaram para tentar fazer grandes negócios. O negócio de emissões de carbono. Esta malfadada lógica baseia-se no princípio de que o mercado e os seus mecanismos são a solução para todos os nossos problemas, e que tudo tem como objectivo a geração de mais-valias económicas. Até o ar que temos que respirar

Como conclusão poderíamos dizer, A MONTANHA DEFECOU UM RATO!

Quanto a Portugal nesta área, os dados oficiais dizem-nos aquilo que já há muito tempo sabemos: Portugal está acima da meta a que se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto. Mesmo com o benefício de aumentar as suas emissões em 27% no período 2008-2012, em relação ao ano base de 1990, estima-se que Portugal ficará 5% acima dessa meta, ou, as suas emissões subirão 32%.

Estes dados traduzem a falência das políticas dos Governos de Sócrates, primeiro-ministro que tanto gosta de encher a boca com o seu empenho no combate ao aquecimento global e progresso no campo das energias renováveis, sobretudo por ocasião da Cimeira de Copenhaga.

O que é certo é que o cumprimento das metas de Quioto apenas será realizado com a aquisição de créditos de emissões a outros países através do Fundo de Carbono, cuja dotação orçamental, entre 2008-2012, é estimada em 354 milhões de euros.

Sabemos que a política energética é a mais decisiva para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, mas também a factura das importações de combustíveis fósseis, cujo peso no défice externo e nos níveis de endividamento do país é significativo.

No campo da eficiência energética as políticas de Sócrates têm sido muito tímidas. O Plano de Acção para a Eficiência Energética (PAEE) apresenta uma meta irrisória perante o aumento do consumo de energia: reduzir em 10% a taxa de aumento do consumo final de energia até 2015 é claramente insuficiente quando o consumo final de energia cresceu a um ritmo de 12% entre 2000-2005.

É, por isso, que o Plano prevê reduzir em apenas 1% não o consumo de energia mas sim o seu crescimento. Além disso, a sua taxa de execução ficou em apenas 6,6% no ano de 2008, o que significa uma absoluta incapacidade em aplicar as medidas previstas.

As políticas dos Governos de Sócrates são irresponsáveis do ponto de vista da justiça climática, pois são opções capitalistas que respondem à lógica do negócio e beneficiam os grandes grupos económicos ao mesmo tempo que penalizam os contribuintes e consumidores e não respondem estruturalmente ao problema.

Este é o tipo de políticas que prevalece na Europa e nos países ricos, as quais determinaram as indecisões na Cimeira de Copenhaga.

O primeiro desafio no combate às alterações climáticas deve ser a sua democratização. A definição de quanto, onde e o que se reduz tem implicações demasiado sérias para as nossas vidas e para o planeta para ficar nas mãos do mercado e do lucro. A decisão sobre o bem comum cabe aos povos.

É nesta perspectiva que achamos que a nossa Assembleia Municipal deverá ser uma tribuna importantíssima para o início de um percurso de debate consciente honesto e sério com a contribuição de todas as forças políticas aqui representadas independentemente dos seus pontos de vista.

No nosso Concelho continua a existir uma realidade a Siderurgia Nacional, que contribui significativamente para a degradação do planeta e da saúde pública com as enormes emissões de poluição absurdas, mas que esta autarquia teima em deixar rolar.

Quatro anos passaram desde que B.E. aqui trouxe o assunto. De concreto nada se fez e é de realçar que estes últimos tempos a situação voltou a piorar.

Não há desculpa para tamanho atentado. É por factos concretos como este que se avaliam as preocupações e vontade de defender as populações afectadas que por falta de meios se sentem impotentes para lhes pôr fim, esperando que sejamos nós a fazê-lo.

Mais uma vez o BE reforça a necessidade aqui exposta e fundamentada na legislatura anterior sendo esta remetida para reunião de líderes da qual não se adoptaram medidas concretas; propomos que este assunto passe a constar nas preocupações desta Assembleia e que os líderes dos grupos parlamentares agendem uma reunião para debater o assunto e tomarem as medidas necessárias.

Os Deputados do Bloco de Esquerda

Maia, 23 Dezembro 2009



Francisco Pereira



João Pereira



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal da Maia

RECOMENDAÇÃO

LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

A Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), uma entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas e desenvolve actividades de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.

Em 1 de Julho de 2009, o CPC aprovou uma Recomendação sobre a elaboração de "Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas", nos termos da qual «os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza [entre as quais se encontram as Câmaras Municipais], devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infracções conexas», prazo este que foi prorrogado até ao dia 31-12-2009.

No Plano-tipo elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), e que deve ser do conhecimento da CM da Maia, diz-se que «a gestão do risco é uma responsabilidade de todos os trabalhadores das instituições, quer dos membros dos órgãos, quer do pessoal com funções dirigentes, quer do mais simples funcionário.»

Naquele documento da ANMP pode também ler-se que uma das exigências de hoje é «não só que a Administração procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente, para que tais decisões possam ser sindicáveis pelos cidadãos.»

E ainda que «a matéria do acesso aos documentos administrativos e à informação ... é um desígnio de cidadania e simultaneamente um instrumento de modernização dos serviços públicos».

Peio exposto, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária no dia 23 de Dezembro de 2009, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal da Maia que no cumprimento dos objectivos atrás preconizados, remeta a esta Assembleia Municipal cópia do respectivo PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS, já elaborado ou, caso ainda o não tenha feito, assim que proceder à sua elaboração.

O Deputado Municipal do BE

Silvestre Pereira

Doc. 4

APPÍCUA

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola E.B.1 da Picua
Escola E.B. 1 da Picua
Urbanização Quinta da Picua
4425-055 Águas Santas
Maia

Doc. 5

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Educação e Acção Social

Águas Santas, 01 de Setembro de 2009

Exmos. Senhores, mais uma vez escrevo no sentido poder ser resolvido o problema da casa de banho da UEM, esta casa de banho é interna e como tal não tem qualquer janela, desta forma são acumulados vapores que tornam pouco higiénico a sua utilização. É importante a instalação de um extractor para que seja feita a ventilação. Como tem conhecimento as crianças desta unidade são representadas por crianças com diversas dificuldades tanto física como psicológica e como tal com necessidades especiais.

Grato pela atenção dispensada, atentamente

Jorge Teixeira

APPÍCUA

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola E.B.1 da Picua
Escola E.B.1 da Picua
Urbanização Quinta da Picua
4425-055 Águas Santas
Maia

Câmara Municipal da Maia
**DIVISÃO DE TRÂNSITO E
SINALIZAÇÃO**

FAX: 229 408 600

Águas Santas, 02 de Outubro de 2008

Exmos Senhores,

Como será do V/ conhecimento, foi aberta ao trânsito a rua da Urbanização Quinta da Picua, onde se situa a entrada para a Escola E.B.1 da Picua.

Desde o início do ano lectivo que nos é informado pela coordenadora da escola que já solicitou repetidamente a colocação da sinalização obrigatória na proximidade da Escola, bem como a colocação de lombas de abrandamento, estas também de presença obrigatória junto às escolas.

Tratando-se de uma recta, onde não se encontra mais nenhuma construção, é constante ao longo do dia a passagem de **veículos em velocidades manifestamente excessivas**, que **colocam em perigo todos os que entram e saem da escola**: crianças, pais, professores e funcionários.

A colocação de sinalização apropriada e de lombas de abrandamento é não só absolutamente indispensável, como **reveste um carácter extremamente urgente, antes da ocorrência um atropelamento**.

Gratos pela atenção dispensada, aguardamos que seja dada a este assunto, de interesse para toda a comunidade, quer a atenção quer a urgência que merece.

Com os nossos melhores cumprimentos,

APPÍCUA

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola E.B.1 da Pícuia
Escola E.B. 1 da Pícuia
Urbanização Quinta da Pícuia
4425-055 Aguas Santas
Maia

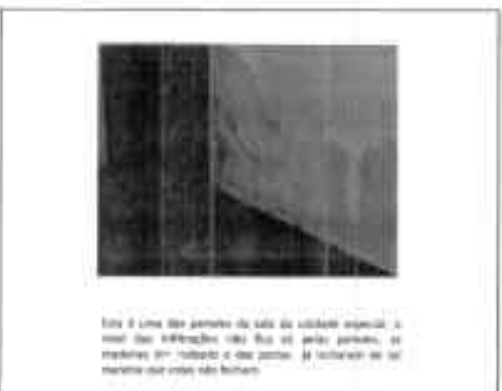
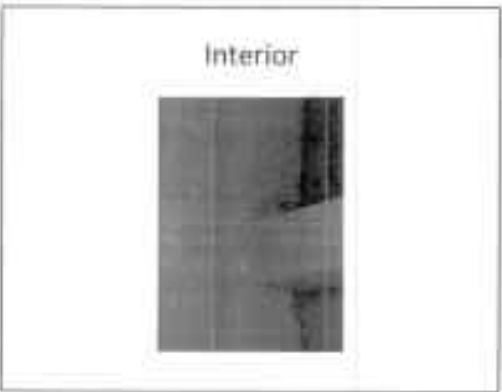
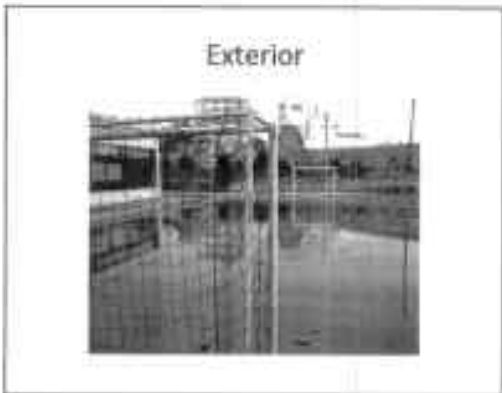
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES NA EB1 DA PÍCUA

- Colocar mais placards nas salas, corredor e entrada
- Insonorização da cantina
- Cabides do hall
- Película para janela da casa de banho das meninas
- Reparar e pintar sala de informática
- Fungos nas paredes das salas, provocados por infiltrações
- Colocar campainha no portão principal
- Sistema de rega
- Fixar tampas de escoamento de águas pluviais
- Reparar campo de jogos
- Limpeza de cantoneiras
- Toldo para polidesportivo
- Lombas e sinais de trânsito

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

EB1 DA PÍCUA

É urgente intervir para que os pequenos problemas não se transformem em grandes intervenções.



Casa de banho da Unidade



Unidade aguarda cobertura de telhado.

✓
MPS
S



O sapateiro de madeira não está fixo.



Pelo "terço" aguarda instalação de ventoinha na 3ª andar.
Casa de banho instalou saneamento.

A UCL de Póvoa do Varzim está a ser avaliada por um grupo de técnicos municipais.

Em 2011, após cerca de 10 meses de trabalho, com muita dificuldade, para além do trabalho que já se encontra a ser feito, os técnicos municipais estão a avaliar o estado da unidade de saúde.

Quanto ao saneamento, os técnicos municipais estão a avaliar o estado da rede de saneamento e a possibilidade de instalar uma estação de tratamento de águas residuais na unidade de saúde, para além de fazer uma avaliação da qualidade das águas, mesmo sabendo que há um problema de qualidade das águas residuais.

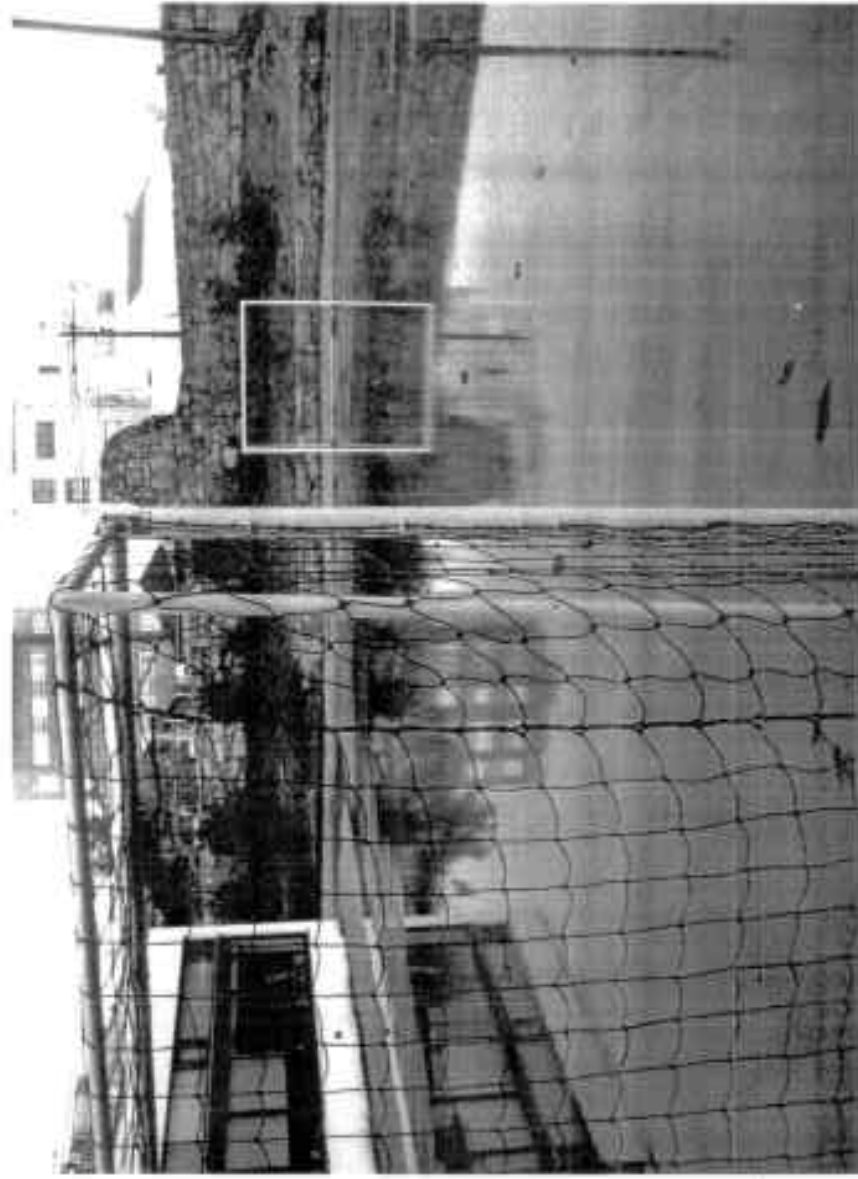
Os técnicos municipais estão a avaliar o estado da rede de saneamento e a possibilidade de instalar uma estação de tratamento de águas residuais na unidade de saúde, para além de fazer uma avaliação da qualidade das águas, mesmo sabendo que há um problema de qualidade das águas residuais.



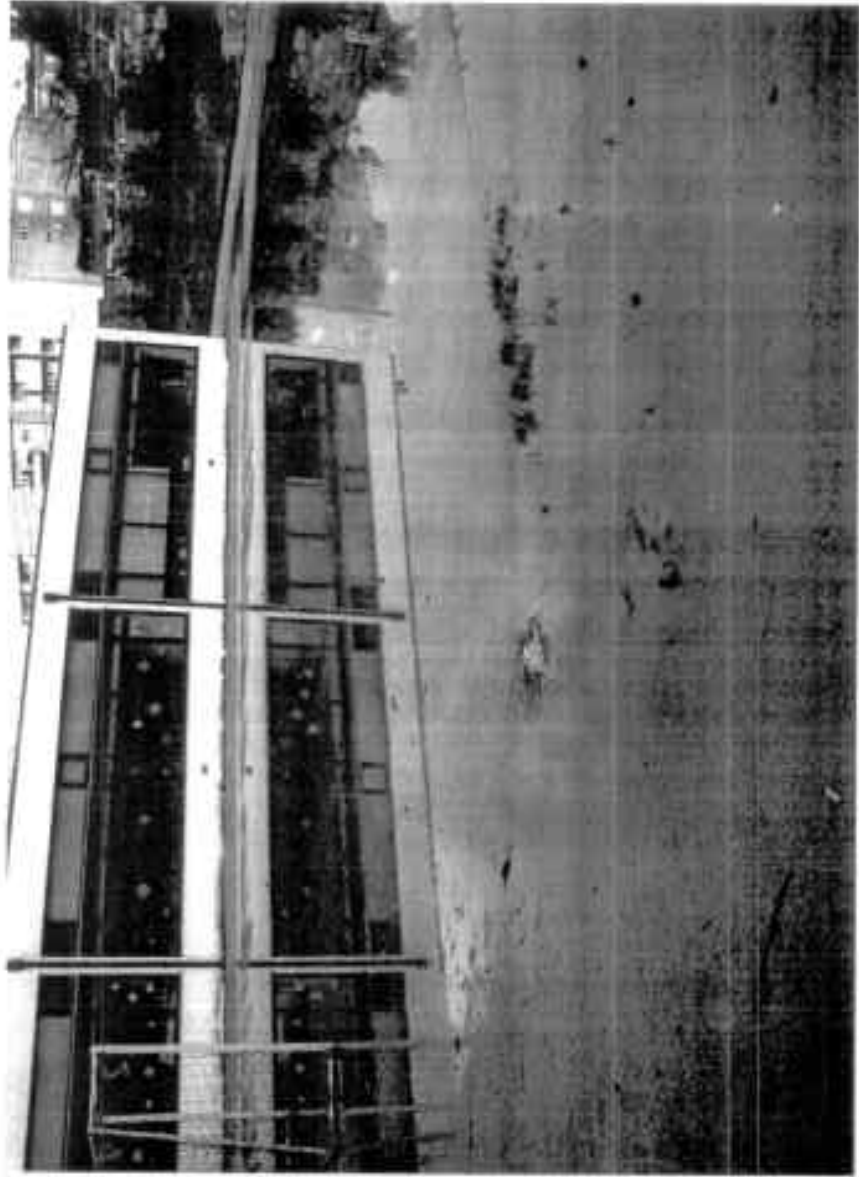
Figure 1: A person in a white protective suit and mask, standing in a laboratory or industrial setting.

✓
10/10

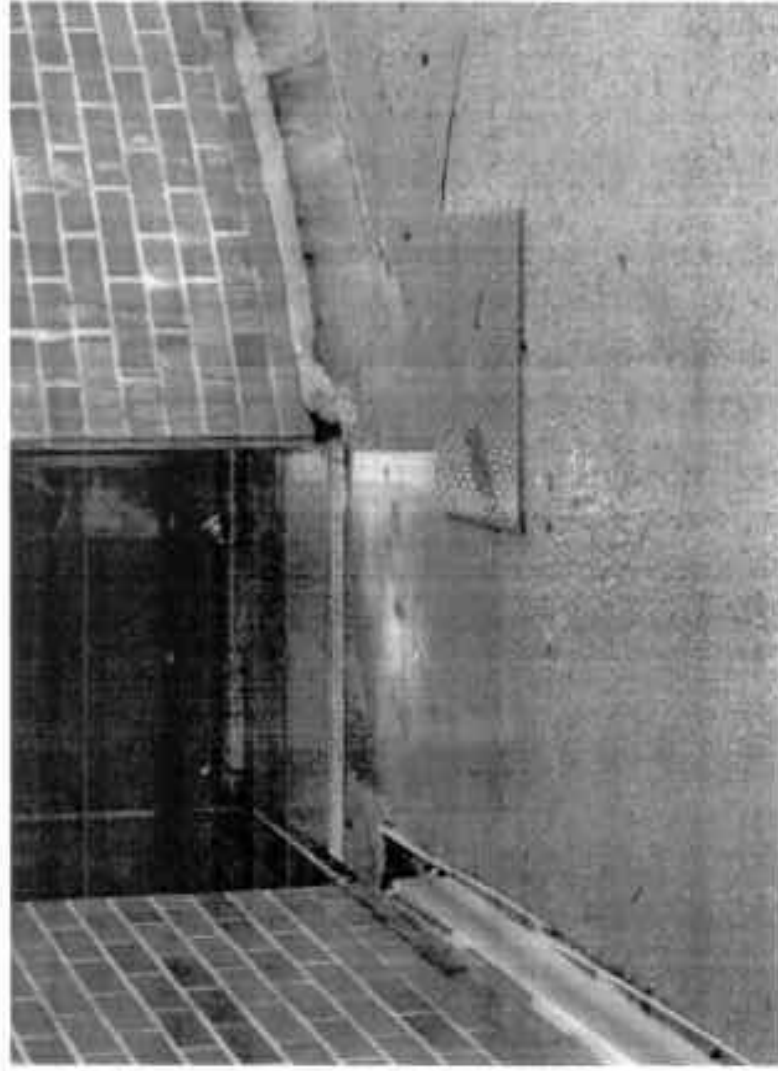
Exterior



2
R
A

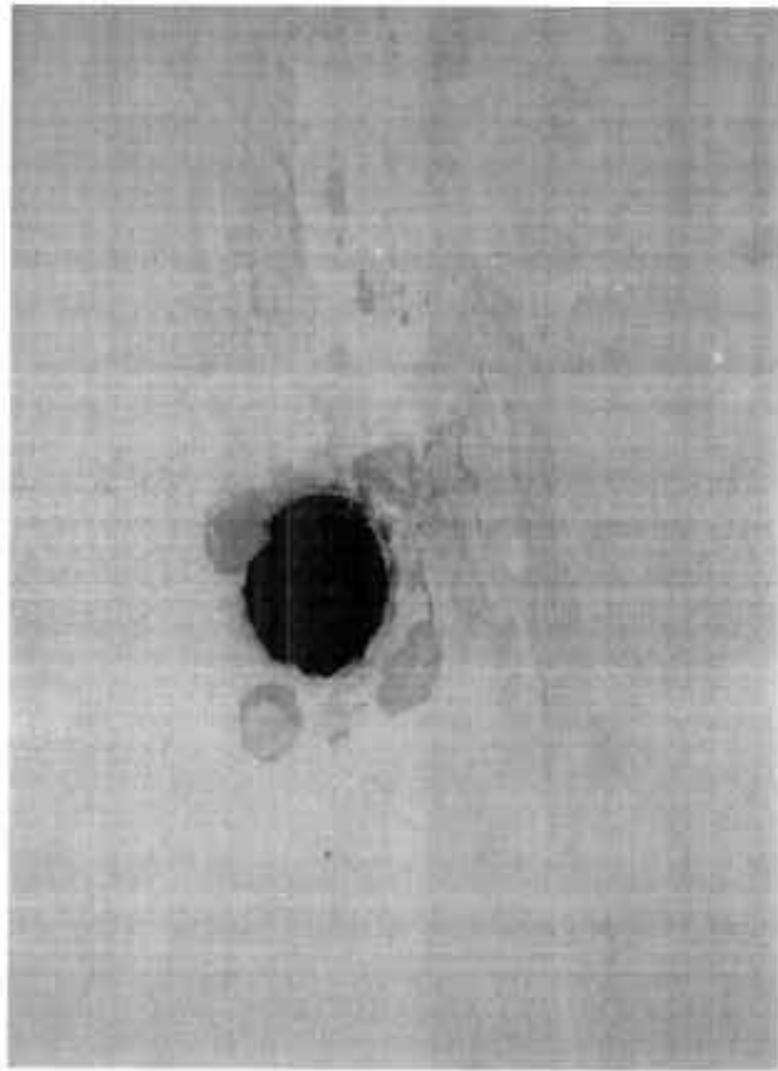


2
3
4



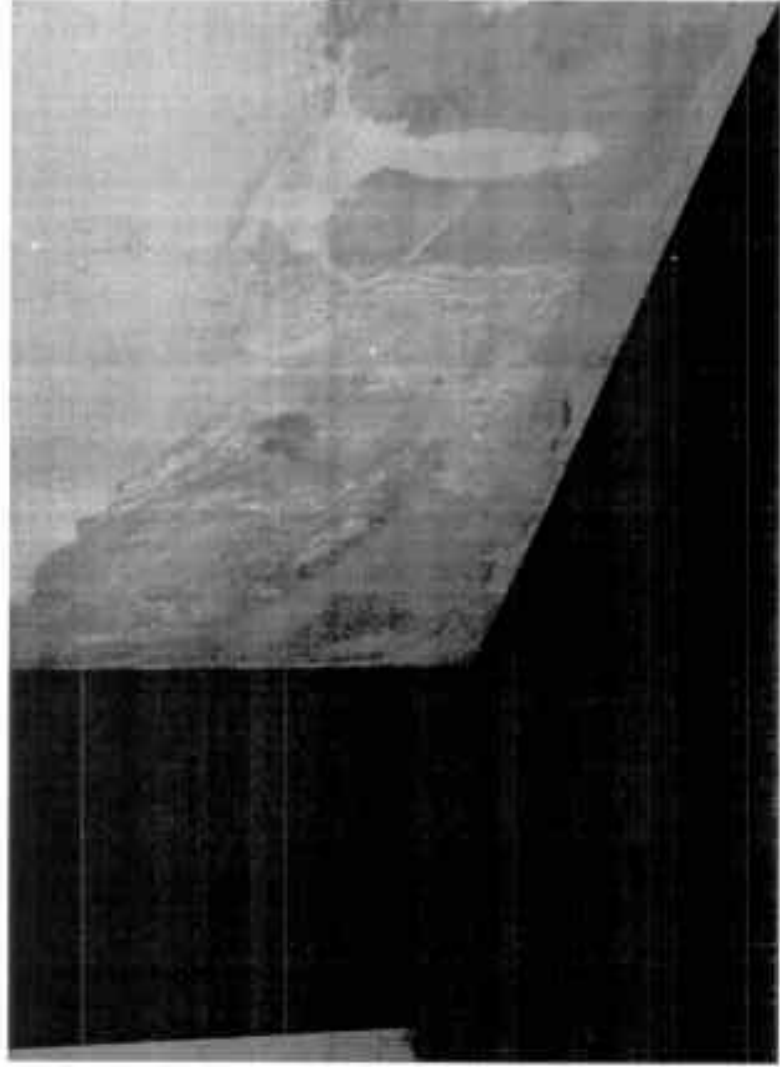
O problema das águas pluviais no exterior não afecta só o campo de jogos, como se pode verificar. Esta é uma das entradas exteriores da sala de informática.

Y
R
A



Este "cano" aguarda colocação de extractor há 3 anos.
Casa de banho interior sem ventilação.

✓
R
S



Esta é uma das paredes da sala da unidade especial, o nível das infiltrações não fica só pelas paredes, as madeiras dos rodapés e das portas já incharam de tal maneira que estas não fecham.





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 180
Em 14/11/09

Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 24.332

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Exma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Este documento é redigido na circunstância e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2009, e a primeira Ordinária do mandato de 2009-2013.

Desde o último documento similar a este que fiz presente à Assembleia Municipal tiveram lugar dois actos eleitorais, um de cariz nacional e o outro relativo a eleições autárquicas.

3.2.

Duc. 6

Francisco
Mendes
de Albuquerque
14/11/09



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-000 MAIA
Câmara do Presidente

BA

Destas últimas resultaram os elencos da Câmara Municipal, das Assembleias de Freguesia (e concomitantemente das Juntas de Freguesia), bem como da Assembleia Municipal.

Assim, e porque esta é a primeira vez que me dirijo, por escrito, aos Membros eleitos para a Assembleia e aos que neste fórum têm lugar por inerência, quero apresentar, a todos, os meus cumprimentos, e desejar que este mandato seja profícuo, que seja mais um tempo em que o engrandecimento da nossa Maia seja um facto.

E dizer a V. Ex.as que, da minha parte e da parte da Câmara Municipal, poderão esperar toda a colaboração, a lealdade e o respeito pela função que aqui desempenham. O que, aliás, será expletivo afirmar tendo em conta todo um passado em que a nossa forma de estar e de agir se encontra bem registada. Estamos todos juntos nesta tarefa de construção de um futuro cada vez melhor para a nossa População, pelo que de nós somente é esperada a entrega e a dedicação a esta causa.

As "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010" da Câmara Municipal, bem como os similares respeitantes aos Serviços Municipalizados estão por entre os documentos que serão analisados e votados nesta Sessão. E permitam-me fazer este destaque pois, pelo seu elevado significado e a dimensão do seu conteúdo, constituem os documentos



enquadradores de toda a actividade que o Município vai desenvolver no próximo ano.

Tratam-se de documentos que, em conjunto com os oriundos das Empresas Municipais que versam os mesmos objectivos, espelham e apresentam de uma forma muito detalhada e muito pormenorizada a actividade e a vida do nosso Município, bem como expressam o nosso sentir pela Maia e pelos Maiatos, e onde está vertida toda a nossa capacidade de pensar, de planear e de estruturar a vida futura do nosso Concelho.

Assim sendo, nada mais julgo ser necessário referir neste momento e a este propósito.

Quero, por fim, manifestar-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações suplementares que venham a entender como necessárias.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.229,82 |
| b) Dotações orçamentais – | 6.266.041,46 |
| c) Dotações não orçamentais – | 4.877.838,63 |



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-000 MAIA

Gabinete do Presidente

✓
A
S

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.a e aos Exmos. Membros da Assembleia Municipal e respectivas Famílias os meus melhores e sinceros desejos de um Santo Natal e de um Excelente Ano Novo.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,


(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

**BLOCO DE ESQUERDA
MAIA**



Sr. Presidente da Câmara
Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Digníssimo Público
Srs. Jornalistas

A proposta de Orçamento e GOP da Câmara Municipal Maia para 2010, é em nossa opinião uma proposta de orçamento que não responde às exigências que do ponto de vista do Bloco de Esquerda a situação política exige. Vivemos uma situação de grave crise económica e social e por tal motivo as preocupações sociais que afectam os maiatos exigiriam um orçamento muito mais direccionado para os apoios sociais às famílias.

Isto porque é por demais evidente que o desemprego galopante que se manifesta na Maia exige acções concretas do município no apoio aos desempregados e aos excluídos.

Assim, tal não se compadece com apoios pontuais marcados por acções de propaganda, como o cabaz de Natal, o passeio dos idosos ou outras acções meramente esporádicas e desestruturadas...

2008.7

Handwritten signature or initials.

No preâmbulo de apresentação do documento, é evidenciada a prioridade do investimento municipal na Educação e naturalmente no melhoramento das infra-estruturas do ensino no Concelho. Estamos naturalmente de acordo, mas e como efectivamente é afirmado no mesmo documento, e passo a citar “ a Escola tem de ser um local de iguais oportunidades, um local de igualdade, onde a aprendizagem se processe na ausência de factores de base que possam ser discriminatórios, como as condições económicas da família de origem”.

Efectivamente, para que isto se cumpra, tal só será possível através de acções de apoio estruturado às famílias para que as crianças se desenvolvam de modo equilibrado e consequente, nomeadamente no seio das famílias mais carenciadas, vítimas do desemprego e da exclusão social. E isso, não é para nós evidente no documento das Grandes Opções do Plano que nos é presente!

Aliás, o mesmo demonstra desequilíbrios e uma distribuição de verbas sem critérios estratégicos. Isto é, a distribuição de verbas é pulverizada de acordo com a satisfação de clientelas e sem qualquer plano ou protocolo de desenvolvimento, é assim nos apoios às colectividades e até às instituições...

Retirando os apoios que são obrigatórios e subsidiados pelo governo, os financiamentos via QREN, nomeadamente no que diz respeito às construções escolares, transportes escolares e apoio social. Todo o resto, em nossa opinião não passa de meras intenções, umas e muitas outras de financiamento avulso de acções muito pouco estruturadas e com reduzido retorno na construção da sociedade Maiata.

Senão vejamos, qual a estratégia para o apoio à infância, nomeadamente no que à construção de Creches e Infantários? Defendemos que deve ser criado um plano de construção de um equipamento por Freguesia sob responsabilidade e gestão da autarquia. Se consultarmos o documento, constatamos que existem equipamentos lançados desde 2002 e que continuam a arrastar-se indefinidamente no tempo. Por outro lado, a grande

maioria dos apoios são canalizados para instituições de solidariedade social, apoios estes, que estão fora de causa, mas que deveriam ser complementares e não serem resposta à falta de investimentos em estruturas da própria autarquia.

No que diz respeito ao apoio à Terceira Idade a situação é também muito grave, pois os equipamentos existentes são quase na sua totalidade também da responsabilidade de instituições privadas e como tal, têm apenas como objectivo o lucro. Os restantes (poucos), são explorados por Instituições de solidariedade social, estas com apoios efectivos da autarquia.

Isto é assim, porque do ponto de vista estratégico o executivo camarário não tem qualquer política para este sector tão importante e em cada vez com maior peso na população portuguesa e naturalmente também no nosso Concelho.

Em nossa opinião acções como o turismo sénior pretendem apenas granjear apoios com objectivos eleitoralistas e populistas que depois se contradizem com a falta de investimento fundamental no apoio sério em condições da melhoria da qualidade de vida dos seniores.

Quanto à habitação social e apesar das verbas consignadas na proposta de orçamento é em nossa opinião exígua e não nos pode deixar descansados... a política de habitação social da Câmara Municipal, neste momento é para nós muito preocupante!

O conjunto habitacional do Sobreiro Maia I e Maia II estão na verdade em condições de grande degradação e só com um novo programa de construção será possível ser resolvido.

Aliás, como temos vindo a denunciar o município necessita com muita urgência de efectuar um novo levantamento das carências habitacionais do Concelho. Como já dissemos por diversas vezes, o PER está terminado, mas em algumas freguesias nomeadamente Barca, Pedrouços, Vermoim e Maia as habitações em ilhas sem quaisquer condições de habitabilidade persistem e alguns dos

bairros existentes já estão em condições de degradação tais que dentro de muito pouco tempo terão de ser demolidos, como é o caso do Bairro do Sobreiro e outros no centro da cidade da Maia! Como tal, teremos de encontrar rapidamente respostas para o realojamento inclusivo destes moradores! O presente orçamento não dá resposta inequívoca a este problema.



Outro exemplo da falta de critérios no presente Orçamento, é o valor quase irrisório da dotação de verbas para as freguesias! Com efeito, como é que é possível ou aceitável que estas sejam quase menos de metade das que são atribuídas às colectividades? Ficamos impressionados como é que com este verdadeiro “garrote financeiro” os Presidentes de junta possam dar o seu acordo a orçamentos com estas discrepâncias e injustiças.

Como poderão cumprir os Presidentes de Juntas com as promessas que assumiram de resolução dos problemas que tão bem conhecem conjuntamente com as suas populações? Por isso afirmamos, o que vos é proposto por este Orçamento é inaceitável e por isso deveriam também de o rejeitar! Temos de ter a coragem de por tudo isto em causa!

É óbvio que algum mérito a câmara tem ao propor neste plano para o apoio social uma fatia substancial, nomeadamente para a infância, acção social escolar, à rede social e ao desporto. Mas é a obrigação do nosso município, não é nenhum favor que está a fazer aos maiatos! Tudo o que é feito é com o dinheiro dos contribuintes que somos todos nós e por isso teremos de ser exigentes e criteriosos...

Temos ainda muitas carências no nosso Concelho! Muito para fazer, nomeadamente no que diz respeito à Habitação, transportes, apoio à infância, aos jovens e aos idosos, ao ambiente, às infra-estruturas viárias, etc. etc....

Por isso, mais uma vez apelamos ao rigor e à honestidade política quando se elabora um documento desta importância!

Sabemos que metas orçamentais propostas pelo executivo ficam sempre muito aquém do prometido! E isto como por diversas vezes já afirmamos, não é honesto nem politicamente correcto! Debruçando-me agora sobre o Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 2010, a realidade vai ser a mesma!

Assim, o orçamento apresentado para 2010, é o menor dos últimos três anos, 105.760.860 €. Mas mesmo assim, temos a certeza de que não vai ser cumprido porque assenta num pressuposto de receita que em nossa opinião não é realista.

As despesas correntes serão de € 52.618.790 destes mais de 20.000.000 são para despesas com pessoal, quase 40% do total das despesas correntes!

As despesas de capital vão continuar a limitar decisivamente a execução orçamental, serão de € 53.142.070!

Assim, esta só conseguirá ser suportada com a venda património! E este como por diversas vezes já referimos, não vai durar sempre! E a actual conjuntura não nada favorável para o fazer!

Quanto ao Orçamento das receitas: O Plano prevê Receitas Correntes no valor de 64.519.223€, estas provenientes dos Impostos Directos, são em nossa opinião quase impossíveis de concretizar dada a conjuntura de crise económica, mesmo tendo em conta as opções em nossa opinião erradas do executivo na cobrança de impostos por taxas máximas, estas em nossa opinião ficarão muito longe do previsto pelo executivo.

Por outro lado, as receitas de Capital no valor de 41.241.537€ apenas vêm completar o exercício de matemática que é igualar o valor previsto da receita! Isto é, que somem os mesmos 105.760.860 €.



Concluindo: E por tudo o que aqui referimos, para nós as Grandes Opções e Plano de Actividades são a principal manifestação das escolhas, das prioridades, da política dum Executivo municipal e naturalmente as vossas são muito diferentes das do Bloco de Esquerda. E neste Orçamento e Plano de Actividades para 2010, estão marcadas escolhas políticas com as quais não estamos de acordo, pelo que por tudo o que acima referimos, votaremos contra!

✓
PB
S

Maia, 23 de Dezembro de 2009

Silvestre Pereira



Exmos Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exma.s Sra, Secretárias
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Sr.s Deputados
Estimado Público
Comunicação Social

SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES E ORÇAMENTO PARA 2010

O orçamento das receitas e despesas para 2010 suscita à CDU as seguintes considerações críticas:

- nas receitas de capital, a rubrica vendas de bens de investimento, com uma verba consignada de quase 30 milhões de euros (28% das receitas), continua a inflacionar indevida e incorrectamente o orçamento, apesar da sua redução relativamente a anos anteriores (51 milhões em 2008!). Não corresponde a nada de concreto e serve apenas para engenharia orçamental, reduzindo a transparência e clareza das contas;

- Por outro lado, no capítulo das despesas correntes e de capital, continuam a pesar, a despeito de todas as proclamações da saúde económica do município, a dívida e o serviço da dívida, que somando os juros e outros encargos de despesas correntes com os passivos financeiros consignados nas despesas de capital, atinge mais de 10 milhões de euros, quase 10% do orçamento;

- Chama-nos também a atenção, de forma negativa, as vultuosas verbas destinadas à aquisição de serviços no que revela de recurso e contratação de entidades exteriores à Câmara, em áreas (caso do ambiente) em que era possível desenvolver a partir da própria estrutura da autarquia;

- suscita-nos ainda estranheza que as receitas correntes, no que respeita a impostos indirectos, e, apesar da crise, seja inferior a 2009, bem a rubrica referente às taxas, multas e outras penalidades se apresentem inferiores a 2009.

No capítulo das despesas, a redução para metade do valor dos Subsídios esclarece que este já não é ano de eleições, como aliás, a diminuição nos totais gerais de mais de 10 milhões de euros orçamentados há apenas um ano.

O facto de as Despesas com o Pessoal estarem orçamentadas por um valor apenas superior ao de 2009 em menos de 400 mil euros não corresponde sequer ao aumento previsível da despesa com os salários dos trabalhadores da Administração Pública.

A que se deve esta situação?

✓

✓

✓

No que respeita às Grandes Opções do Plano - Estrutura de Objectivos e Programas, assinalamos como positiva e correcta a manutenção da prioridade relativamente ao investimento na educação das crianças e jovens, particularmente o pré-escolar e básico, na necessária construção, ampliação ou beneficiação dos edifícios escolares, nos refeitórios e outros equipamentos. Ficamos à espera que decorram ao mesmo ritmo de várias obras que tiveram a sorte de ser contempladas neste último ano, para que, finalmente na Maia acabem as aulas em desdobramento, ou/ e em contentores.

Vemos, entretanto, como profundamente negativo e digamos também, ilustrativo das opções de classe deste executivo do PSD, o abandono da construção de habitação social. Menos de 1 milhão de euros, onde já inclui alguma reabilitação de imóveis, significa que nada de significativo vai avançar nos próximos anos.

Ainda na linha de prioridades de investimento, consideramos não estar devidamente contemplada a construção de estruturas de apoio à Terceira Idade. Tal como acontece com a Primeira Idade (creches e infantários), o que há, ou é de iniciativa particular e para dar lucro, ou de IPSS e não cobre a população mais carenciada.

A acentuada redução (menos de 10 milhões que em 2009) das verbas a atribuir para as Funções Económicas aparece justificada pelo fim dos TUM, mas não só.

A Rede Viária sofre uma redução de 13 para 5,7 milhões dificilmente compreensível, face a tantas carências!

No que diz respeito à descrição dos projectos e acções do Plano impõe-se desde logo a conclusão de que são muitas as obras que se arrastam, penosamente, desde 2002 e poucas as que são lançadas em 2010.

Também é de assinalar que fosse para continuar o ritmo de execução atingido no ano que está prestes a terminar e o Plano de Actividades iria ser muito encurtado no futuro. O problema é que ainda falta pagar muitas obras e, porventura, também pelo que elas ficaram de mal feitas, porque demasiado constrangidas a objectivos eleitorais.

Outras considerações que fazemos com sentido crítico referem-se ao conjunto de despesas que a conservação e beneficiação do edifício Torre do Lidador já está a ter. Sobretudo, porque também quando foi lançada a obra, tivemos noção de que isso iria acontecer. Acrescem ainda outros projectos, designadamente na nunca finalizada Praça dr. Vieira de Carvalho.

Chama-nos a atenção também o natural aumento de encargos com o equipamento informático e sistemas de informação cuja velocidade de actualização é hoje quase imparável., mas tem de ser controlável

Saudamos, contando que sejam mesmo para avançar no próximo ano, os projectos dedicados à Acessibilidade para Todos bem como a implementação dos Centros Cívicos e construção das respectivas sedes de Junta de várias freguesias que há longos anos se arrastam, com casos clamorosos como os de Águas Santas e Gueifães, as maiores freguesias ou S. Pedro de Avioso.

Estas obras são tanto mais exigíveis quanto vemos (e não encontramos razões suficientes) para que a Câmara habilite para o próximo ano verbas de 10 milhões de euros para a regeneração da Areosa, comparativamente a outros municípios muito mais utilizadores da Estrada da Circunvalação, ou os 5,5 milhões para requalificação e valorização urbana das zonas industriais.

Plano de Actividades 2010

Grandes Opções do Plano e Orçamento 2010

Senhor Presidente da Mesa,

Senhoras Secretárias,

Senhores Deputados,

Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Bragança Fernandes,

Senhores Vereadores

Comunicação Social

Excelentíssimo Público,

A discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento é o momento mais importante e, por isso, impõe uma acrescida responsabilidade a todos os membros da Assembleia Municipal, independentemente das forças políticas que representam e das ideologias em que acreditam.

Esta acrescida responsabilidade, que exigiu de todos trabalho e dedicação na análise de tão vasto e complexo instrumento de gestão do nosso município, é compensada pelo sentimento de podermos contribuir para a difícil tarefa de escolher as melhores opções de política pública para a nossa terra, a nossa Maia.

Antes de me debruçar sobre o documento que hoje é objecto de discussão e votação, tive o cuidado de ler a “declaração de voto” dos vereadores do partido socialista e, desse modo, tomar conhecimento dos fundamentos que levaram o partido socialista a votar contra as grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2010.

O sentido de voto de um partido que não consegue ser Poder, só pode ser o sentido de voto de uma Oposição que, na Maia, há mais de duas décadas, não consegue ultrapassar e refugia-se no complexo da bondade social da esquerda, como única detentora da sensibilidade social.

É isso mesmo que em síntese está *ipsis verbis* na declaração de voto do partido socialista e, será isso mesmo, que a bancada parlamentar do partido

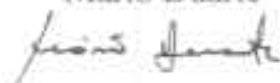
que não só provocou a falência de milhares de empresas, e aumentou exponencialmente o crescimento do desemprego, como agravou o deficit público que está, como todos sabemos, completamente descontrolado.

Na Maia, a crise sente-se menos porque o partido socialista não está a governar o município. É a maioria PSD que governa a Maia. Uma maioria que, agora, o líder da bancada do partido socialista já terá alguma dificuldade em rotular de direita e conservadora, mas antes terá de reconhecer como uma maioria social-democrata, de centro e reformista, que não deixa quaisquer dúvidas sobre as suas preocupações sociais como motivação da sua acção política.

Por outro lado, esta maioria PSD, ao contrário do que o Governo do partido socialista fez no plano nacional, não lançou qualquer suspeita generalizada sobre a moral dos grupos profissionais dirigentes da sociedade civil maiaita, mas, ao contrário, acredita que só com uma sociedade civil maiaita livre, constituída por individuos empreendedores e com uma educação verdadeiramente superior, se poderá conseguir Progresso e Justiça Social.

Para quem não consegue distinguir o socialismo da social-democracia, o projecto político do PSD na Maia é um bom ponto de partida como *case-study* para iniciados e, porventura, permitirá compreender a aparente contradição que faz com que o partido socialista perca as eleições autárquicas na Maia, mesmo quando ganha as legislativas.

Mário Duarte





5.ª Sessão Ordinária de 23/12/2009 - Período da Ordem do Dia
Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e
Documentos Previsionais do Município para o Ano Financeiro de 2010

Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Deputados
Presidente da Câmara Municipal

Analisamos hoje aquilo que são as previsões do executivo camarário quanto ao orçamento e respectivas realizações para o ano de 2010.

Quando se constrói um documento previsional deste género é necessário ter em conta algumas premissas fundamentais, tais como:

- A realidade económica e financeira do país e consequentes previsões de evolução e comportamento da economia;
- A realidade económica e financeira dos agentes regionais e locais, incluindo a da própria autarquia;
- As expectativas das populações;
- As necessidades do concelho e das respectivas freguesias;
- Os programas eleitorais apresentados.

Só com uma análise global e séria destas premissas é que poderemos apresentar um orçamento e um plano de realizações que vá ao encontro da realidade e das reais expectativas das nossas populações.

A análise do Partido Socialista a estas premissas iniciais faz-nos concluir que o orçamento aqui apresentado se desajusta, à partida, daquilo que são as previsões de evolução e comportamento da economia para o ano de 2010. Logo, a construção de um orçamento e respectivo plano de realizações, sob uma base desajustada, não nos cria grandes expectativas quanto à sua execução final, facto que se agrava quando, na nossa leitura, o plano de actividades para o ano de 2010 não se adapta às expectativas reais das populações, nomeadamente, o do contexto de dificuldade orçamental que hoje se coloca às famílias.

Avançando para uma análise mais focada ao orçamento apresentado, vemos, por simples comparação com aquilo que foram as previsões de 2009, que as receitas correntes deverão aumentar cerca de 4M€, sendo que mais de 3M€ vão ser provenientes da cobrança de impostos directos. Contudo, não nos é permitido, aqui,



fazer uma análise séria a este crescimento uma vez que constatamos que em exercícios anteriores já terão sido atingidos valores próximos dos previstos mas, face à actual conjuntura económica e alterações introduzidas, poderemos estar aqui com um desajuste real. Aqui seria necessário que, no futuro, fosse possível ao executivo fornecer a esta Assembleia elementos que nos permitissem fazer uma comparação mais real e próxima daquilo que estão a ser as execuções no ano corrente. Pois só assim poderemos analisar com mais rigor os números que nos apresentam. Contudo, e para fechar este capítulo, o Partido Socialista reitera, aqui, mais uma vez, que, face a estes números, teria sido possível ao executivo ter uma postura de diálogo com a oposição para se conseguir um compromisso na redução de alguns impostos.

No capítulo das receitas de capital, que tem sido, habitualmente, utilizado para inflacionar orçamentos, assiste-se a uma redução de 16M€, face a 2009, facto este que salientamos como positivo, uma vez que reflecte um ajuste necessário perante taxas de execução que tem estado próximas dos 20%. No entanto, este exercício de adaptação continua a não ser o suficiente, pois dificilmente serão alcançados os valores previstos, nomeadamente, para as vendas de bens de investimento. A actual situação económica não irá permitir execuções desta grandeza; e o executivo sabe-o o bem, pois numa breve análise ao plano de actividades e ao orçamento facilmente se percebe que as dotações não definidas e referidas em rubricas de "outros" são o escape da inflação irreal deste orçamento. Ou seja, analisada aqui as receitas o Partido Socialista diria que, do orçamento previsto de quase 106M€, a execução não deverá ultrapassar os 82M€, numa previsão dificultada pelo facto de não termos acesso a documentos mais precisos de 2009.

Assim, e avançando para as despesas, facilmente se percebe a tentativa de apresentar uma redução nas despesas correntes, quando comparado com as previsões de 2009. No entanto, se tivermos em conta os números do último exercício fechado vemos aqui que poderemos estar perante um aumento destas despesas. No entanto, em termos de previsões há a assinalar esta tentativa positiva de conter a despesa corrente, a qual o executivo estima em cerca de 53M€.

E assim, tendo em conta aquilo que já foi dito para a receita, facilmente se deduz que as fontes de financiamento do investimento não irão suportar o orçamento de despesa de capital que aqui nos é apresentado, o que facilmente nos leva a concluir que:

- o peso relativo das despesas correntes será muito superior ao previsto, sendo estas a grande fatia do orçamento de despesa que irá ser executado;
- os investimentos para o ano de 2010 estarão muito abaixo do previsto e que esta Câmara não terá capacidade para executar novos projectos nem novas obras, sendo que a receita encaixada pouco mais permitirá que fazer a gestão corrente e suportar os compromissos financeiros que esta Câmara tem;



- por fim, esta redução prevista, neste orçamento, vem demonstrar, claramente, a gestão eleitoralista que o executivo municipal faz das despesas de capital.

Caros deputados,

A realidade deste orçamento que aqui traçámos, a qual a maioria PSD também concorda, mas que por razões óbvias não o quer aqui prever, está bem reflectida naquilo que é o plano plurianual de investimentos e o das actividades mais relevantes.

Analisando aquilo que são os novos projectos para 2010 vemos que este executivo pouco ou nada pretende fazer de novo durante o próximo ano. A leitura dos planos levamos a uma viagem de promessas não cumpridas, que apenas servem para alimentar estes documentos e a expectativa de alguns, um dia, verem esses projectos concluídos. Os planos de actividade apresentados mostram, claramente, que a Câmara, no exercício de 2010, se limitará a repetir as iniciativas que já tem levado a cabo em anos anteriores, a fazer a gestão corrente do município, a pagar compromissos assumidos, nomeadamente, com a administração central e pagar obras passadas, como é o exemplo daquelas que durante este ano decorreram com algum ritmo anormal. Há ainda a assinalar que a maioria dos novos projectos abertos em 2010 são apenas para embelezar e engrossar o plano de actividades, uma vez que estão já na sua maioria transferidos para 2011, pois não existe verba para os concretizar.

Nestes documentos o executivo vangloria-se pelo investimento que vai realizar nas funções sociais, nomeadamente, ao nível da educação. Ficamos agradados com o facto, mas não podemos deixar de assinalar que outra coisa não seria de esperar; perante um país que todo ele, por iniciativa dos programas lançados pela administração central, está com as suas escolas em remodelação e construção, mal seria se a Maia não o fizesse. E ainda bem que o faz, porque caso contrário o concelho estaria totalmente parado. Isto porque, da análise ao plano, apesar do mesmo ~~prever~~ ^{prever} ~~para a~~ ^{para a} habitação, após uma análise cuidada, facilmente se conclui que a inflação irreal das contas vai ser, na sua grande parte, absorvida por esta rubrica, transformando a habitação no grande falhanço deste plano de actividades.

E, ainda relativamente às funções sociais, seria de esperar, face às promessas feitas em campanha eleitoral, nomeadamente aquelas que tinham como objectivo focalizar-se no tema da crise económica e na resposta da autarquia na ajuda às famílias maietas, um investimento maior. Por exemplo, o fundo social, o qual o Partido Socialista pediu o seu reforço já na discussão do orçamento e plano de 2009, e o qual o PSD em campanha eleitoral usou como bandeira, fica-se pela mesma verba. Ou seja, em termos de apoio às famílias, em tempo de crise, o executivo nada muda. Esquece as suas promessas e fica à espera que a conjuntura se altere e que "melhores dias aí venham".



Caros deputados,

Num ano em que exigia uma focalização social, os documentos que aqui nos são apresentados nada acrescentam. Como novas realizações e projectos aparecem-nos execuções como a constituição da já anunciada empresa municipal "Águas da Maia", a instalação de um elevador panorâmico na Torre do Lidador, a remodelação do edifício dos paços do concelho, a aquisição de um ou outro edifício e viatura e a realização de um congresso internacional sobre ciências políticas e relações internacionais. Realizações curiosas quando aquilo que se esperava era uma implicação séria nas questões relacionadas com os problemas actuais.

É claro que podem dizer que o mandato tem 4 anos, mas para quem confiou o poder do seu voto nesta maioria, este primeiro pronúncio de actividades deixa muito a desejar. E quanto à ajuda premente necessária, neste período, fica a marca de que o executivo, simplesmente, a esqueceu. E esta não vai ter 4 anos para a dar. A ajuda é necessária na altura certa e esta era a altura certa. A CMM demonstra assim um desajuste e uma insensibilidade face àquilo que eram as expectativas dos maiatos para este período.

Neste contexto, é de salientar o esforço que irá ser feito pelo Partido Socialista com a apresentação, em breve, de uma proposta de adopção de orçamentos participativos. Entendemos que este é um exercício fundamental para a intervenção dos cidadãos na vida autárquica e para a adequação e afectação dos orçamentos às reais necessidades e expectativas das populações. Fica a certeza que, com uma metodologia de orçamentos participativos aplicada a este orçamento, a Câmara não teria esquecido algumas das questões que referi anteriormente.

Senhor Presidente,
Senhores deputados,
Senhor Presidente da CMM,

Face à análise que o Partido Socialista fez destes documentos, em síntese, concluímos que:

- O orçamento sobre o qual está alicerçado o plano de actividades apresenta desajustes à realidade económica e revela em determinados aspectos uma insensibilidade à conjuntura de crise actual;
- Os planos de actividades apresentados irão ficar longe da execução razoável e os mesmos não apresentam nada de novo, fazendo antever um ano de gestão corrente e pagamento de compromissos financeiros assumidos e repetições de algumas iniciativas habituais;



- Os planos de actividades apresentados irão ficar longe da execução razoável e os mesmos não apresentam nada de novo, fazendo antever um ano de gestão corrente e pagamento de compromissos financeiros assumidos e repetições de algumas iniciativas habituais;

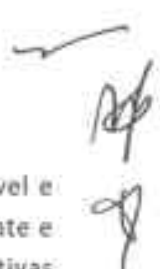
- O plano de actividades revela uma insensibilidade social deste executivo, não priorizando estas questões nas novas apostas para 2010.

Desta forma, e uma vez que entendemos que a Maia necessita de políticas diferentes, inovadoras e adaptadas às expectativas das populações e alicerçadas numa política orçamental de rigor, o Partido Socialista irá votar contra o orçamento e os documentos previsionais apresentados.

Maia, 23 de Dezembro de 2009



Marco Martins



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores,

Conc. 100 Edição 100
Junho 23

Doc. M1

Senhor Presidente,

Ao longos dos últimos anos, direi mesmo ultimas décadas, a CM, com os seus Planos de Actividade e Orçamentos, tem desenvolvido, de uma forma sustentada e visível, o concelho da Maia, tornando-o todos os dias um concelho mais atractivo quer para as empresas quer para as famílias, que de uma forma continua e constante optam pela Maia para se instalar e aqui viverem. Não o fazem porque os impostos sejam mais baixos ou porque a vida é mais barata. É porque podem usufruir de condições de vida e de trabalho que outros concelhos próximos e vizinhos não lhes podem proporcionar.

A Maia e os Maiatos orgulham-se de terem tido executivos autárquicos capazes, com visão estratégica e com um relacionamento de proximidade com todos os Maiatos e é por isso que lhe vão confiando em mandatos sucessivos a governação do Concelho.

E é com este sentimento por parte dos autarcas do PSD que continuamos a gerir e a servir Maia e os Maiatos. Temos um caminho a percorrer e vamos em frente.

Não estamos preocupados com a oposição quando nos acusa de falta de estratégia, falta de capacidade ou falta de coerência. Estariamos preocupados com o contrário, porque era sintoma de que não tínhamos coisa nenhuma. Era como navegar á vista para não perder a Terra. Temos orientação e sabemos para onde queremos ir e como ir.

Abordando agora o Plano e Orçamento Para 2010, começo por referir que este documento reflecte as preocupações do executivo para com as carências e os anseios dos Maiatos perante um cenário de crise económica e social que a todos nos afecta.

E é dentro deste cenário que a CM elaborou de uma forma clara este plano e Orçamento, dirigido essencialmente para as

pessoas, mas não esquecendo quer o equilíbrio das finanças da CM, quer o investimento.

E perante estes pressupostos constatamos que na despesa global há uma redução de cerca de 10 %, o que é bem demonstrativo das preocupações que o executivo vem tendo, por forma a manter o equilíbrio das finanças do município.

Temos vindo a diminuir a dívida do Município para que possamos manter a capacidade de investimento.

Mas também constatamos que não foi descurado o investimento em áreas com a Educação e as Funções Sociais, que foi reforçado em detrimento de outros investimentos tendo em conta o panorama de dificuldades económicas por que passamos todos nós.

É de realçar a importância que o executivo dá ao sector da Educação e Acção Social.

Quanto à receita, queremos referir o cuidado que o executivo demonstra em manter o nível de receita que lhe permita suportar a despesa e assim manter ou aumentar seu nível de endividamento líquido municipal bem como o endividamento bancário.

Por último, é com agrado que verificamos a capacidade de investimento que o Município demonstra, o que revela a boa gestão que o mesmo tem levado a cabo.

Sr. Presidente da Câmara, a Maia confiou, e confia em si.

Os Maiatos acreditam em si, e o que esperam de si, é que com a sua humildade, com o seu sentimento de proximidade com todos os Maiatos, continue a fazer deste concelho um concelho de referência onde possamos continuar a dizer, vale a pena viver na Maia.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 23/DEZ/2009

(Cândido Graça)
(Partido Social Democrata)

23.12.09 Luis Pafhos - PS

Punto 3.3 Doe. 1



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Ex.mos
Presidente da AMM
Deputados municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. O Partido Socialista assume, uma vez mais, nesta Assembleia Municipal e agora na apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2010, uma postura séria e construtiva, apostado como está em assegurar que estes documentos sejam instrumentos colocados ao serviço da saúde financeira da autarquia maia e da qualidade de vida de quem vive e trabalha neste concelho.
2. Achamos aliás que se deve alargar a participação dos maiatos na própria construção deste documento previsional decisivo na vida autárquica. Por isso aqui propusemos já, há vários anos e de forma precursora, que se avançasse na concretização de Orçamentos Participativos no concelho da Maia. Continuamos a considerar que esta solução, executada com sucesso em diversas autarquias, tanto em Portugal como no estrangeiro, constituiu uma boa forma de envolver os cidadãos e de os responsabilizar na definição das prioridades da vida autárquica. Como é evidente, quando desafiámos as forças políticas presentes nesta assembleia para avançarmos nesta solução, tínhamos preparado uma proposta de modelo próprio de orçamentos participativos para o concelho da Maia, que estabelecia os seus objectivos, uma proposta de metodologia e de cronograma para o processo, a sugestão de critérios essenciais a considerar na selecção e

priorização de propostas apresentadas pelos cidadãos da Maia, ao mesmo tempo que sublinhávamos a necessidade de estabelecer um processo de avaliação e monitorização da solução a adoptar. Infelizmente, nem a direita, nem tão pouco o BE e a CDU responderam ao repto que então lançámos. Queremos, contudo, neste mandato, reiterar este desafio, convencidos como estamos de que esta é uma boa solução, que valoriza a democracia local e a participação dos cidadãos na vida do seu concelho.

3. Queremos aqui reforçar também a necessidade de se melhorarem as condições de verificação da execução orçamental e da apreciação dos documentos previsionais do concelho. Consideramos, designadamente, que, para que a AMM possa desempenhar cabalmente as suas funções deliberativas e de fiscalização da acção do executivo, é fundamental melhorarmos as formas de informação intercalar sobre o andamento da execução orçamental. Creio que todos teremos a ganhar com um esforço para consensualizarmos, entre o executivo e a AMM, uma matriz que constitua a base de um Resumo Alargado das Receitas e das Despesas que, em termos ideais, deverá ser disponibilizado trimestralmente mas que, pelo menos, será bom que seja fornecido no final do 3º trimestre, para que se possam apreciar, de uma forma mais sustentada, os documentos previsionais para o ano seguinte. Tanto na apreciação da execução orçamental, como noutras circunstâncias da vida autárquica, só temos a ganhar com uma maior transparência de processos e todos concordaremos com que são no mínimo tolos os sinais de nervosismo e de irritação que alguns por vezes evidenciam, pelo simples facto desta preocupação ser referida...

4. Queria, finalmente, sublinhar algumas das conclusões que podem ser retiradas após a apreciação dos documentos previsionais aqui apresentados pelo executivo.

- a. Em primeiro lugar, note-se que o concelho da Maia continua a ser um mau redistribuidor dos recursos financeiros sem afectação preestabelecida. Com efeito, aumentam as receitas previstas tanto em transferências correntes como de capital, ao mesmo tempo que se reduzem as despesas previstas nas mesmas transferências correntes e de capital. Como qualquer gastador, a CMM, no que diz respeito às transferências, continua a pensar receber mais e em disponibilizar menos...
- b. Em segundo lugar, este Orçamento revela bem a gestão eleitoralista dos investimentos, com descidas significativas nos valores previstos nas rubricas "aquisição de bens de capital" (45.168.800€ para 39.553.520€, 12,43%) e "transferências de capital" (7.321.000€ para 6.010.700€, 17,9%).
- c. Terceiro ponto: há insensibilidade social, nomeadamente quando se mantém o designado Fundo de Solidariedade Municipal nos 100.000€, um valor abaixo daquele que a própria direita propôs e muito aquém daquele que, como aqui já demonstrámos, podia ser viabilizado, sobretudo se devidamente associado a um Plano de Solidariedade Social de Emergência, que aqui também já propusemos.
- d. Claro que todos estes problemas decorrem também da dívida acumulada por esta autarquia. Apesar de termos acompanhado a generalidade dos concelhos na descida da dívida, continuávamos, na última análise do Anuário

Financeiro dos Municípios Portugueses (2007), como o sexto município mais endividado (passivo exigível) do país. Para os gostam de dizer que as dívidas são irrelevantes desde que haja obra, é bom dizer que o serviço da dívida chega, neste Orçamento, praticamente aos 10% de todas as Despesas da autarquia (9,5%). Estamos pois todos a pagar os desmandos da direita no poder...

e. Finalmente, há que sublinhar o aumento em mais de 10% das receitas com base nos impostos directos. Os dados apresentados revelam que, como aqui defendemos na sessão anterior, tinha sido possível introduzir descidas designadamente nas taxas do IMI (as receitas sobem de 13.884.600€ para 17.352.000€) e da derrama (sobem de 6.445.400€ para 8.850.000€). Há aqui, como é evidente, um sinal óbvio de insensibilidade para as circunstâncias da crise que afecta as famílias e as empresas.

5. Em suma, nestas condições, o PS não pode votar favoravelmente os documentos previsionais para 2010, continuando entretanto disponível para colaborar na construção de soluções sérias e sistemáticas que garantam a saúde financeira da autarquia e o desenvolvimento sustentável do concelho.

Maia, 23 de Dezembro de 2009



Luís Rothes

Líder do Grupo do Partido Socialista na AMM

Duc. B/M

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Luciano Gomes,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng. António Bragança Fernandes,

Exmas. Senhoras e Srs. Vereadores,

Exmas. Senhoras Secretárias,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,

Estimado Público,

Exmos. membros da comunicação social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como seria de esperar o Plano e Orçamento para 2010 traduz as orientações estratégicas do Município para o próximo ano, numa sequência lógica do trabalho desenvolvido no passado, com uma forte aposta na consolidação orçamental bem como nos eixos prioritários de actuação com o qual o Partido Social Democrata se apresentou nas últimas eleições autárquicas.

Uma das prioridades apresentadas no Programa eleitoral para este mandato foi a Educação. É assinalável o investimento que o Município tem realizado nos últimos anos e, consequência lógica, irá levar a cabo no próximo ano.

Cerca de 30% do orçamento municipal é destinado à educação. São mais de 17.600.000,00 € Se dúvidas existiam nas mentes de algumas pessoas das prioridades do PSD para a Maia, as pessoas são e continuam a ser a prioridade, pois 70% do orçamento municipal é, na vertente das Grandes Opções do Plano, destinado a funções sociais.

Analisemos, então, de forma mais pormenorizada o investimento realizado na Educação, consubstanciado na análise as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2010, complementada por uma pesquisa efectuada na Internet.

Na vertente de remodelação e modernização do parque escolar, que inclui a construção de 3 novos centros escolares e a ampliação e modernização de 14 centros escolares que englobam mais de 110 novas salas entre salas de aula e de jardim de infância, laboratórios de informática, bibliotecas, salas de actividades, quadros interactivos, Internet sem fios, refeitórios com cozinha, salas de professores e educadores, polidesportivos cobertos e um pavilhão estão envolvidos cerca de 13 M€.

De referir que este investimento é suportado apenas pela Câmara Municipal e por Fundos Comunitários. Deve-se destacar o trabalho que o Município desenvolveu nesta área, sendo reconhecido pela administração central como um exemplo. Na primeira fase, a Maia, foi o Concelho com maior número de candidaturas aprovadas.

No entanto, a comparticipação de fundos comunitários, muitas vezes, fica aquém do esperado, uma vez que a comparticipação se faz em função do valor elegível e não do custo total da obra pelo que, o investimento municipal acaba por ser muito superior. Em média a comparticipação de fundos comunitários no total de investimentos realizados e a realizar não chega a 50% do investimento total, ficando o Município com a maior fatia do investimento realizado.

Saliente-se que a política educativa municipal é corporizada por uma estratégia de medidas de política educativa local com a finalidade de promover a igualdade de oportunidades e democratização do acesso à educação.

Esta política traduz-se numa série de acções integradas, a saber:

A Maia é um dos poucos Concelhos, se não for o único, que atribui um subsídio aos agrupamentos para pequenas intervenções nas escolas;

A Maia é um Concelho em que, apesar da lei referir que os Municípios devem suportar as refeições escolares a 100% do escalão A e 50% do escalão B, na Maia estes dois escalões são totalmente subsidiados nas refeições escolares;

A Maia dotou todas as salas de aula de quadros interactivos e está a proceder à instalação de Internet sem fios;

A Maia disponibiliza, gratuitamente, a todos os alunos e professores o Caderno Digital, melhorando os meios pedagógicos existentes;

A Maia ajuda as famílias na aquisição de livros e material escolar, seguindo os critérios estabelecidos para as refeições escolares;

A Maia incentiva e premeia o mérito dos alunos com a atribuição de bolsas de mérito e excelência aos melhores alunos na gala da educação;

Na Maia existe um auxiliar de acção educativa por cada sala de Jardim-de-infância, apesar da lei obrigar a 2 auxiliares por cada 3 salas;

Na Maia o Programa de actividades de enriquecimento curricular, segue o pioneirismo que o caracterizou, ainda ninguém falava em desporto, informática e inglês no primeiro ciclo do ensino básico e na Maia, estas actividades já eram uma realidade. Refira-se que com o *know-how* adquirido o modo de funcionamento do Programa das AEC's da Maia é inovador, com boas práticas, factos reconhecidos pela DREN e Ministério da Educação;

Na Maia, a taxa de adesão dos alunos às AEC's (inglês, desporto, música, informática e expressão dramática) anda muito próximo dos 100%. São cerca de 1,2 M€ de investimento;

Na Maia existe o projecto de combate ao abandono escolar "Maia não desiste e promoção do sucesso escolar";

Muitos são os projectos, que traduzem os resultados da Maia ser o Concelho com maior índice de sucesso escolar da Grande Área Metropolitana do Porto e um dos Concelhos com menor índice de abandono escolar na área do ensino obrigatório.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

É com enorme orgulho que o Partido Social Democrata constata que a Educação na Maia não é propaganda, não é nenhuma paixão de circunstância é isso sim uma prioridade, pois o futuro do Concelho está na formação das nossas crianças e jovens. Esperemos que quem tem competências nos níveis de ensino seguintes faça o seu trabalho para que o País possa de facto evoluir, o que infelizmente não é a realidade presente.

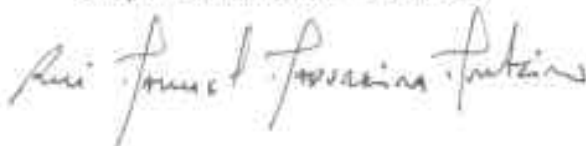
Termino, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados afirmando que na Maia a Educação não é uma despesa, é um investimento e, desta forma se continuam a colocar as pessoas no cerne da acção política do Município.

É este o rumo, é este o caminho, que foi sufragado no último acto eleitoral, sem qualquer margem de dúvida, para que o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo continuem a trabalhar em prol dos Maiatos.

Bem-haja e Boas Festas a todos os presentes e respectivas famílias.

Maia, 23 de Dezembro de 2009

Grupo Parlamentar PPD/PSD





GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Ponto 3.4

duis deelhos

Doc. 14

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Partido Socialista votou favoravelmente o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriénio de 2010 a 2013 e Orçamento Ordinário para o ano de 2010 dos Serviços Municipalizados da Maia, apesar de mantermos reparos e discordâncias, designadamente porque continua a não estar garantido que estes Serviços continuem a assumir despesas e responsabilidades que não lhes deviam ser atribuídas. Consideramos contudo que, para a construção destes documentos previsionais se recuperaram práticas de planeamento e de previsão orçamental que temos preconizado nesta Assembleia e que são fundamentais para que estes Serviços Municipalizados se mantenham como um património público municipal, como o Partido Socialista sempre tem defendido.

Maia, 23 de Dezembro de 2009



Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Assembleia Municipal da Maia - 23-12-2010

INTERVENÇÃO
(Ponto 3.7)

- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
- Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
- Exmos. Srs. Vereadores
- Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

O Partido Socialista (PS) considera o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) um órgão de extrema importância para os jovens. Não foi por acaso que foi uma das bandeiras eleitorais do PS, nas eleições autárquicas de 2005.

Consideramos que o CMJ pode ser um órgão estimulante e atractivo e uma mais-valia no desenvolvimento de uma consciência cívica e no incentivo à participação dos jovens.

Creemos que o CMJ pode ser mais do que aquilo que tem sido, pode ser capaz de contribuir positivamente na construção de um concelho mais democrático e mais atractivo. Gostaríamos, por isso, de um CMJ mais participativo, um CMJ capaz de contribuir não apenas para as políticas de juventude do município, mas também um CMJ capaz de pensar o concelho, sobre assuntos, que estando ou não directamente ligados à juventude, lhe dizem respeito.

A participação activa neste órgão permite, aos jovens, adquirir mais protagonismo como agentes activos na construção do espaço cívico e como usuários de serviços públicos de qualidade.

Numa altura em que os jovens estão cada vez mais afastados da política, é importante motivá-los e fazê-los ser parte integrante do município. É dever dos órgãos autárquicos proporcionar aos jovens formas e meios de análise, para que estes possam debater sobre diversas realidades e opinar sobre elas. Por isso, o CMJ pode ser muito mais interventivo se for capaz de garantir uma actuação directa dos jovens nos mais variados problemas quotidianos do concelho. Acreditamos que um CMJ mais



participativo permitirá a criação de um sentimento de pertença dentro da comunidade, factor essencial para criar um concelho com futuro, um concelho jovem, onde estes se sintam integrados e capazes de intervir na evolução do concelho onde habitam e da comunidade a que pertencem.

O PS apoia a existência deste órgão e congratula-se pelo facto dos jovens possuírem um espaço próprio de debate, mas exigimos um CMJ mais participativo e mais dinâmico e não um CMJ meramente um órgão consultivo.

Não poderia deixar de referir que foi a Juventude Socialista que defendeu com intransigência a obrigatoriedade da implementação dos conselhos municipais de juventude em todo o país. Não poderia também deixar de referir que o novo regulamento do CMJ vai de encontro a algumas observações que foram feitas pelo PS nesta Assembleia em 2006, tendo, na altura, votado a favor da criação deste organismo, mas contra o regulamento que esteve vigente até ao momento.

O PS está, no entanto, sempre disponível e empenhado em dar voz às aspirações e anseios dos jovens, sempre postura atenta e responsável.



Grupo Parlamentar do PSD
Assembleia Municipal
Maia

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Vereadores,
Público,
e Órgãos de Comunicação Social

O Conselho Municipal de Juventude tem como principal objectivo a colaboração com o órgão executivo da Câmara Municipal na definição das políticas municipais de juventude nas diversas áreas, designadamente no emprego e formação profissional, na habitação, na educação e ensino superior, na cultura, desporto, saúde e acção social.

Manifesto os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia porque nesta matéria a Maia, mais uma vez, está à frente do seu tempo. Na Maia, não foi necessária a obrigatoriedade legal para a criação do CMJ. É uma realidade que existe desde Setembro de 2006.

23/101

Paulo Branco

Ponto 32

Doo 16

2
10/10
10/10

Na sua composição, o Conselho Municipal da Juventude tem representantes dos diversos grupos parlamentares da Assembleia Municipal, um representante de cada uma das freguesias, das associações juvenis, das associações de estudantes, das juventudes partidárias, do presidente de cada associação juvenil, do presidente de cada associação de estudantes e um representante das colectividades, cujo âmbito é a juventude. Em suma, uma forte e significativa representação das "forças vivas" da Maia, no que diz à juventude e às suas políticas.

apreito

Com a aprovação da lei nº8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, estas "forças vivas" enfraquecem. O Conselho Municipal de Juventude é pela sua natureza um espaço de discussão das políticas de juventude para o nosso município e, por isso, a sua composição torna-se inevitavelmente abrangente, para que todos os intervenientes da comunidade jovem possam ter uma participação mais próxima e activa junto do executivo municipal. Como tal, lamentamos a alteração do regulamento, que remete alguns destes representantes da comunidade local para o plano de meros observadores permanentes, sem direito a voto. Estamos a falar, e só a título de exemplo, porque nos parece que merece uma nota de destaque, dos representantes de cada uma das freguesias, os mesmos que conhecem milimetricamente as realidades locais.

Aproveito para desejar um Feliz Natal e um Excelente Ano Novo!

Maia 23 de Dezembro de 2009

Paulo Resende
Deputado Municipal do Partido Social Democrata

Doc. 17

Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Assembleia Municipal da Maia – 23.12.2009

INTERVENÇÃO
(Ponto 3.9 Proposta de Extinção dos TUM)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

Não foi com surpresa que o Partido Socialista teve conhecimento da intenção de se extinguir a empresa Transportes Urbanos da Maia. Percebemos a sua difícil situação financeira e, enquanto oposição responsável, votaremos a favor da proposta apresentada. Porém, existe um conjunto de questões sobre a problemática dos transportes e, em particular, sobre esta empresa municipal, que fazemos questão de referir.

Em primeiro lugar, esta proposta de extinção configura apenas mais um episódio que fundamenta a ausência de políticas da Câmara Municipal da Maia para o sector. Os TUM são um falhanço em toda a linha e, como tal, são responsáveis por esse falhanço os decisores políticos que geram este dossier. Ainda não há muito tempo foi sugerida a fusão dos TUM com outra empresa municipal. Agora, argumenta-se que a fraca afluência de utentes levou à conclusão de que a solução mais adequada é a extinção da empresa. Ora, o que é certo é que a cobertura de transportes colectivos no concelho da Maia é deficitária e que não é por falta de potenciais utentes que o município não disponibiliza um sistema de transportes complementar à rede existente dos STCP e da Metro do Porto. Porventura advogarão que a questão das concessões é determinante, ou que é incumbência dos STCP servir as vastas zonas do concelho actualmente sem cobertura. Mas esses argumentos são falaciosos. Noutras intervenções, nesta mesma Assembleia, precisamente sobre a mesma temática, tive oportunidade de referir municípios que, sem ajudas do Estado, implementaram sistemas de transportes colectivos eficientes e auto-sustentáveis. O que falta é, como tal, vontade política. O que falta é vontade política para resolver um problema de milhares de maiatos.

Ainda na última Assembleia Municipal, a propósito da aprovação de taxas e impostos, se ouviu nesta sala dizer-se que a Maia pode cobrar aos seus munícipes os valores mais elevados permitidos na lei, porquanto o município oferece a todos os seus habitantes uma qualidade de vida ímpar. Seria bom que essa tão propalada qualidade de vida versasse também na mobilidade dos cidadãos.

João Veloso da Silva Torres

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Luciano Gomes,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng. António Bragança Fernandes,

Exmas. Senhoras e Srs. Vereadores,

Exmas. Senhoras Secretárias,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,

Estimado Público,

Exmos. membros da comunicação social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estamos aqui hoje, também, para discutir e homologar a proposta de extinção da empresa municipal TUM – Transportes Urbanos da Maia, EEM.

Esta proposta traduz um acto de gestão responsável.

É certo que a empresa durante o seu período de vida teve como finalidade atenuar os problemas de mobilidade que se verificavam em áreas específicas do Concelho. Também é publicamente conhecido que esta missão é deficitária. Veja-se que não existe uma única empresa de transportes públicos às quais sejam conhecidos lucros nem, quando muito balanços equitativos. Desde as grandes empresas públicas de transportes públicos até às mais pequenas, todas acumulam prejuízos avultados, suportados apenas pelo facto de serem empresas de capitais públicos.

Desta forma, a Câmara Municipal, verificada a inviabilidade económica da empresa e, cumulativamente, a fraca adesão das pessoas ao serviço prestado, toma a decisão de extinguir a empresa e que submete a esta assembleia para homologação.

No nosso entendimento a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, que após uma consulta ao portal do governo verificamos que é "uma Entidade pública empresarial que tem por objecto a prestação do serviço público em moldes empresariais relativo à gestão, planeamento, exploração e desenvolvimento do sistema de transportes na área metropolitana do Porto em articulação com o desenvolvimento urbanístico e o ordenamento do território." e que até à data ainda não são conhecidos os seus gestores tem por missão não só estudar e avaliar as necessidades de mobilidade no contexto metropolitano como, também, verificar se os meios de transportes existentes dão resposta às necessidades das pessoas.

Relativamente a este aspecto, a extinção da TUM – Transportes Urbanos da Maia, EEM não significa uma demissão de responsabilidades nas preocupações com os aspectos de mobilidade entre as várias freguesias do Concelho com o centro e, entre si. Muito pelo contrário, pois aquando da alteração dos estatutos das empresas municipais, a Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, EEM já prevê no ponto 3, do seu artigo 4º a possibilidade de poder desenvolver, directa ou indirectamente, a gestão de concessões de transporte colectivo de passageiros dentro da área geográfica do Concelho.

É efectivamente, urgente e necessário que em matéria de mobilidade e transportes, as entidades competentes, nomeadamente o governo cumpra o acordo celebrado com a Junta Metropolitana do Porto no que diz respeito à construção da rede do metro do Porto, no que diz respeito à Maia, a conclusão da linha amarela do Hospital de S. João até à Maia. Pois, como é sabido a estruturação da rede de transportes metropolitana assentará na intermodalidade e na simbiose entre os vários meios de transporte públicos terrestres.

Neste sentido, é também necessário que o governo, através da secretaria dos transportes, não se limite ao licenciamento de carreiras mas, fundamentalmente, efectue a fiscalização das licenças emitidas e verifique se as empresas as praticam, pois é sabido de todos que, em algumas situações a própria STCP não pode disponibilizar novas linhas em determinadas localizações pelo facto de essas áreas geográficas estarem licenciadas a outras empresas.

Posto isto, a extinção da empresa municipal TUM – Transportes Urbanos da Maia, EEM é um acto de gestão responsável.

Disse.

Maia, 23 de Dezembro de 2009

Grupo Parlamentar PPD/PSD

António Francisco Ferreira